



RELATÓRIO E CONTAS

2016 

*“Usar a água de forma sustentável é essencial
para a manutenção das futuras gerações”*

Gustavo Moraes

Índice

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
ÍNDICE DE TABELAS.....	4
ÓRGÃOS SOCIAIS	7
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8
I – INTRODUÇÃO	11
II - ÁREAS DE ACTIVIDADE.....	12
IV – ÁREA COMERCIAL.....	41
V- OUTROS DADOS	47
VI - OBJECTIVOS PARA 2017	56
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS.....	58
VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	59
IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	60

Índice de gráficos

GRÁFICO 1 VOLUMES POR TIPO DE ORIGEM DE ÁGUA (M ³)	13
GRÁFICO 2 VOLUMES DE ÁGUA POR ABASTECIMENTO(M ³).....	13
GRÁFICO 3 CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA.....	14
GRÁFICO 4 RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO EXECUTADOS	17
GRÁFICO 5 TUBAGEM APLICADA	18
GRÁFICO 6 INTERVENÇÕES DO PIQUETE.....	18
GRÁFICO 7 SECTOR DE FRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS	19
GRÁFICO 8 TARIFA POR M ³	20
GRÁFICO 9 VOLUME CONTRATADO	21
GRÁFICO 10 CUSTO DA CONCESSÃO	21
GRÁFICO 11 VOLUME DE ÁGUA FATURADA A CLIENTES	22
GRÁFICO 12 GASTOS COM A DEPOSIÇÃO DE RSU	23

GRÁFICO 13 QUANTIDADES RECOLHIDAS DE RSU INDIFERENCIADOS	23
GRÁFICO 14 EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES RECOLHIDAS SELETIVAMENTE.....	24
GRÁFICO 15 PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DO SECTOR PARQUES E JARDINS	25
GRÁFICO 16 GASTOS DIRETOS ANUAIS SETOR PARQUES E JARDINS.....	26
GRÁFICO 17 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	28
GRÁFICO 18 INVESTIMENTOS	29
GRÁFICO 19 ORIGEM DOS RENDIMENTOS.....	35
GRÁFICO 20 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	36
GRÁFICO 21 EVOLUÇÃO DOS GASTOS	38
GRÁFICO 22 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	39
GRÁFICO 23 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO M ³	43
GRÁFICO 24 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO €.....	44
GRÁFICO 25 EVOLUÇÃO DA FATURAÇÃO RSU'S €	44
GRÁFICO 26 EVOLUÇÃO DO Nº DE CONSUMIDORES	46
GRÁFICO 27 DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE CLIENTE - 2016	46
GRÁFICO 28 EVOLUÇÃO RECURSOS HUMANOS	48
GRÁFICO 29 EVOLUÇÃO DO Nº DE HORAS EXTRA POR MÊS.....	49
GRÁFICO 30 EVOLUÇÃO DOS GASTOS MENSIS COM HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	50
GRÁFICO 31 Nº AUTOS.....	51
GRÁFICO 32 VALORES CONTRA ORDENAÇÕES.....	51
GRÁFICO 33 VALOR DOS CONCURSOS	52
GRÁFICO 34 Nº DE CONCURSOS ADJUDICADOS.....	52
GRÁFICO 35 CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA	53
GRÁFICO 36 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR SECTOR (LITROS).....	54
GRÁFICO 37 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SECTOR.....	55
GRÁFICO 38 EVOLUÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	101

Índice de tabelas

TABELA 1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM A DEPOSIÇÃO DE RSU.....	22
TABELA 2 INVESTIMENTO REALIZADO	27
TABELA 3 EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS	28
TABELA 4 INVESTIMENTOS.....	28
TABELA 5 ORIGEM DOS RENDIMENTOS	34

TABELA 6 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS	35
TABELA 7 EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	36
TABELA 8 EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	37
TABELA 9 RÚBRICAS DOS GASTOS	37
TABELA 10 EVOLUÇÃO DOS GASTOS	38
TABELA 11 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	39
TABELA 12 RÁCIOS E INDICADORES – I.....	40
TABELA 13 RÁCIOS E INDICADORES – II	40
TABELA 14 RÁCIOS E INDICADORES - III	40
TABELA 15 EVOLUÇÃO DE CLIENTES	41
TABELA 16 ESTRUTURA DO TIPO DE CONSUMIDORES / FATURAÇÃO DE ÁGUA 2016	42
TABELA 17 EVOLUÇÃO DA ÁGUA CONSUMIDA M ³	42
TABELA 18 NÚMERO E CONSUMO POR TIPO DE CLIENTE.....	43
TABELA 19 FATURAÇÃO ÁGUA € - 2016.....	45
TABELA 20 CONSUMOS FATURADOS POR TIPO DE CLIENTES	45
TABELA 21 EVOLUÇÃO RECURSOS HUMANOS	47
TABELA 22 EVOLUÇÃO DO Nº DE HORAS EXTRA POR MÊS	48
TABELA 23 EVOLUÇÃO DOS GASTOS MENSAIS COM HORAS EXTRAORDINÁRIAS	49
TABELA 24 EVOLUÇÃO DAS CONTRA ORDENAÇÕES.....	51
TABELA 25 EVOLUÇÃO DOS CONCURSOS	52
TABELA 26 EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM VIATURAS.....	53
TABELA 27 CUSTOS DE MANUTENÇÃO DA FROTA	53
TABELA 28 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL POR SECTOR (LITROS)	54
TABELA 29 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SECTOR.....	55
TABELA 30 VIDA ÚTIL ATIVOS TANGÍVEIS.....	74
TABELA 31 VIDA ÚTIL ATIVOS INTANGÍVEIS	75
TABELA 32 FLUXOS DE CAIXA	83
TABELA 33 AÇIONISTAS.....	84
TABELA 34 PARTES RELACIONADAS.....	85
TABELA 35 INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	86
TABELA 36 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	87
TABELA 37 DEPRECIACÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE	88
TABELA 38 VIDA ÚTIL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	88
TABELA 39 ATIVOS INTANGÍVEIS.....	89
TABELA 40 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE	89

TABELA 41 VIDA ÚTIL ATIVOS INTANGÍVEIS	90
TABELA 42 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	91
TABELA 43 INVENTÁRIOS	92
TABELA 44 CMVMC	92
TABELA 45 PERDAS POR IMPARIDADE	93
TABELA 46 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	94
TABELA 47 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	94
TABELA 48 DIFERIMENTOS ATIVOS	95
TABELA 49 PROVISÕES.....	96
TABELA 50 FORNECEDORES	97
TABELA 51 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	97
TABELA 52 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	98
TABELA 53 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	99
TABELA 54 DIFERIMENTOS ACTIVOS	99
TABELA 55 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS.....	100
TABELA 56 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR SETOR DE ATIVIDADE	100
TABELA 57 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	102
TABELA 58 GASTOS COM O PESSOAL	102

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral:

- David António Esteves Fontes Neves – Presidente da Mesa;
- Filipa Pinto Basto de Sousa Macedo Ravasco Mendes – Secretária

Conselho de Administração:

- João Carlos Izidoro Marques – Presidente
- José Miguel Ribeiro Oliveira – Vogal Executivo
- Francisco José Pereira Morais – Vogal Executivo (até 23 de Janeiro de 2017)
- António Carlos Lopes Garcia – Vogal Executivo (a partir de 23 de Janeiro de 2017)

Fiscal Único:













- Cruz Martins & Associada, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Alberto da Cruz Martins;
- F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, representada por Fernando José Pega Magro – Fiscal único suplente.

Nota: O Administrador Francisco José Pereira Morais renunciou ao cargo por carta datada de 30 de Dezembro de 2016. Em reunião da Assembleia Geral da ADC, do dia 19 de Janeiro de 2017, foi deliberado a aceitação da renúncia, com efeitos no dia 23 de Janeiro de 2017, e em sua substituição foi nomeado o Administrador António Carlos Lopes Garcia, com efeitos a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Mensagem do Conselho de Administração

A ADC – Águas da Covilhã, EM, empresa pública do sector empresarial local, tem seguido uma política de gestão direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, focando-se principalmente na otimização dos seus procedimentos internos ao nível das áreas Core Business: abastecimento de água; recolha de resíduos e limpeza urbana; recolha e tratamento de águas residuais; e manutenção de parques e jardins.

No ano de 2016 deu-se continuidade à consolidação das boas práticas de gestão focadas na satisfação dos nossos clientes e orientadas para o rigor e eficiência dos processos. Para tal, foram executadas diversas ações, das quais se destacam as seguintes:

-  Investimentos de ampliação e renovação de redes de abastecimento e saneamento por todo o Concelho;
-  Investimentos na renovação do parque de contadores;
-  Investimentos de reabilitação e equipamentos em reservatórios;
-  Execução de campanhas de deteção ativa de fugas em diversas freguesias;
-  Continuação da aposta na telegestão em reservatórios e captações;
-  Criação da equipa de operadores para controlo da qualidade da água, devido à internalização deste serviço;
-  Implementação dos Planos de Segurança da Água – PSA - projeto piloto em colaboração com a ERSAR;
-  Continuidade da renovação do parque automóvel, com a aquisição dos seguintes meios: 4 veículos pick-up, 2 veículos comerciais, 1 veículo ligeiro de passageiros;
-  Investimento em veículos diferenciados: 1 viatura de recolha de resíduos urbanos e 1 trator corta relvas;
-  Substituição do equipamento de recolha indiferenciada à superfície por equipamento semienterrado (tipo molok), garantindo assim uma maior condição de salubridade com a substituição dos sacos em cada recolha;
-  Reforço e substituição dos equipamentos de recolha;
-  Criação e certificação do armazém de produtos fitofarmacêuticos para a guarda e preparação dos mesmos e em conformidade com a legislação em vigor;

- 🌿 Reforço da aposta no cadastro de infraestruturas;
- 🌿 Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
- 🌿 Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.

O Conselho de Administração deu continuidade à política de qualificação dos trabalhadores em 2016, com vista ao desenvolvimento e valorização das competências de gestão, técnicas e comportamentais.

Sobre os indicadores financeiros de 2016, salienta-se o incremento do ativo em 1.614.419 € face a 2015. O passivo da empresa aumentou 532.506,00 €, no entanto, importa referir que o valor de 1.203.960 € apresentado no Passivo Corrente, rubrica “Financiamentos obtidos”, foi liquidado no dia 05/01/2017. Caso esta operação tivesse sido concretizada ainda no final do ano, teria permitido observar uma diminuição do passivo da empresa de 671.453 € e um aumento do ativo no valor de 410.459 €, relativamente a 2015. O capital próprio da empresa aumentou 1.081.913 euros.

A otimização da operação e de diversos processos traduziu-se no aumento dos rendimentos em 125.228 € face ao ano de 2015, resultado do incremento: da venda de água, no montante de 73.062 €; das prestações de serviços, em 19.237 € e dos subsídios à exploração com mais 34.214 €. Na totalidade os gastos aumentaram 69.739 € face ao ano anterior. Importa referir que este acréscimo resulta, fundamentalmente, da variação registada em fornecimentos e serviços externos com mais 92.295 € (de salientar que a tarifa da concessão de saneamento registou um aumento de 92.423 € face a 2015); dos gastos com o pessoal com mais 66.950 € (dos quais foram subsidiados pelo IEF 34.908 €); dos gastos de depreciação e amortizações com um acréscimo de 22.210 €, justificados pelo aumento do investimento, e da constituição da provisão no valor de 76.934 €, para processos judiciais em curso. Os decréscimos mais significativos verificaram-se nas seguintes rubricas: custo das mercadorias e matérias consumidas, com menos 84.418 €, devido a um menor volume de água adquirida à ICOVI, do qual resulta uma diferença de 71.104 € e de materiais, com menos 13.315 €; gastos e perdas financiamento, no valor de 49.737 €; perdas por imparidade, no montante de 40.133 € e outros gastos e perdas com menos 14.362€.

De referir igualmente a redução do valor de perdas de água de 32,9% em 2015 para 31,7% em 2016, bem como o cumprimento do Plano de Controlo da Qualidade da Água, cujo valor de 99,78% de análises conformes garantem a potabilidade da água que é distribuída aos nossos utentes.

As realizações alcançadas merecem um agradecimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras da ADC – Águas da Covilhã, EM pela sua competência e profissionalismo.

Aos restantes membros dos Órgãos Sociais da ADC, EM, aos Acionistas, agradecemos o espírito de permanente colaboração e apoio, constituindo um incentivo determinante na nossa gestão.

O Conselho de Administração,

João Carlos Izidoro Marques
(Presidente do Conselho de Administração)

José Miguel Ribeiro Oliveira
(Administrador Executivo)

António Carlos Lopes Garcia
(Administrador Executivo)

I – INTRODUÇÃO

No cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea s), do nº 3, do artigo 11º dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2016, bem como a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas é, ainda, acompanhado da Certificação e Parecer do Fiscal Único.

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa pública municipal, constituída em 1 de Abril de 2006, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), com o número único 507611977 de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro, Apartado 38, 6201-999 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).







Em 23 de Junho de 2008, por via de uma operação de cisão, o capital social foi reduzido para 9.000.000 euros. Nesta operação foram destacadas da empresa as infraestruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e espaços verdes.

A 10 de julho de 2008, foi assinado um contrato entre o Município da Covilhã e a AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., cedendo, o Município da Covilhã à AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA., 49% do capital estatutário da ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, proceder ao parqueamento da participação social de 51% do capital social da ADC – Águas da Covilhã, EM, na ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM, com capital 100% do Município da Covilhã.

II - ÁREAS DE ACTIVIDADE

A Empresa tem como objeto exclusivo, por delegação do Município da Covilhã, nos termos da deliberação da respetiva Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2005 e nos termos do nº 1 do artigo 20º e do artigo 45º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a gestão e exploração, em regime de exclusividade, dos serviços municipais do ambiente, na área do Município da Covilhã, nomeadamente:

-  do abastecimento de água;
-  da drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais;
-  do tratamento de águas residuais urbanas;
-  da limpeza pública;
-  da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;
-  dos parques e jardins.

1 - O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Garantir o normal abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada, foi o principal objetivo que norteou a atividade da ADC, EM, em 2016, no que respeita ao abastecimento de água.

O abastecimento de água no concelho da Covilhã é feito através de 12 sistemas em baixa: 9 geridos pela ADC e 3 geridos pelas respetivas Juntas de Freguesia de Cortes do Meio, Erada e Unhais da Serra.

Os sistemas da ADC abastecem 99% da população concelhia. O maior sistema de abastecimento tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato, e fornece água a 84% dos habitantes do concelho. Os outros sistemas dependem de captações de água subterrâneas: poços e minas.

VOLUMES DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO (M³)

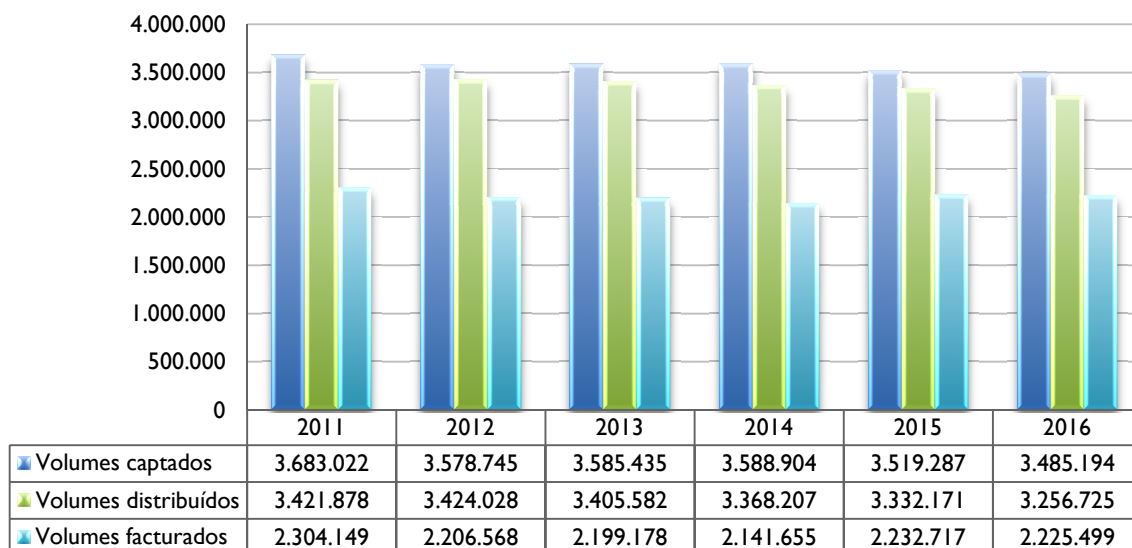


Gráfico 1 Volumes de água para abastecimento (m³)

VOLUMES POR TIPO DE ORIGEM DE ÁGUA (M³)

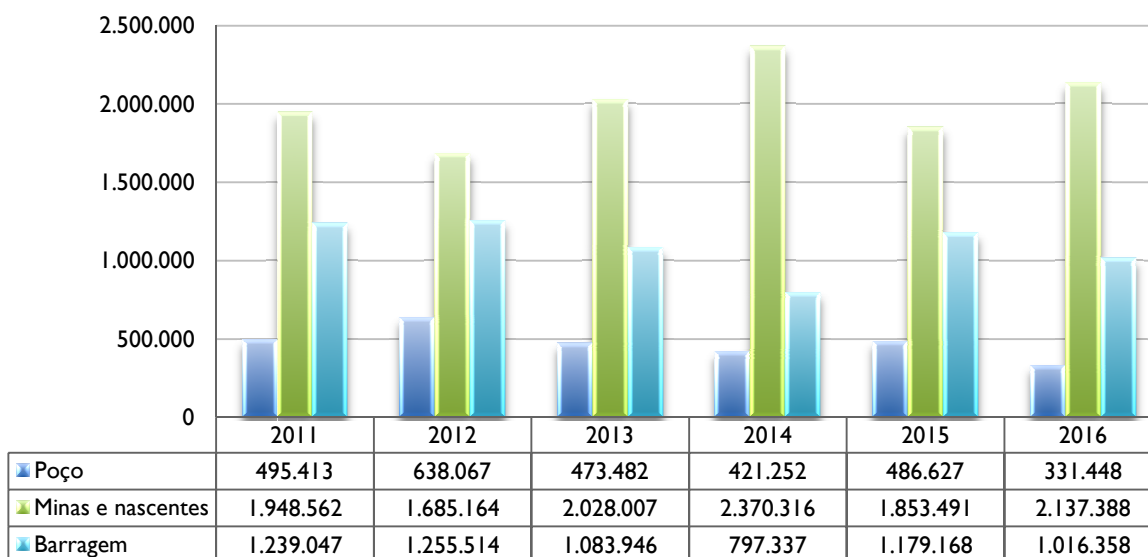


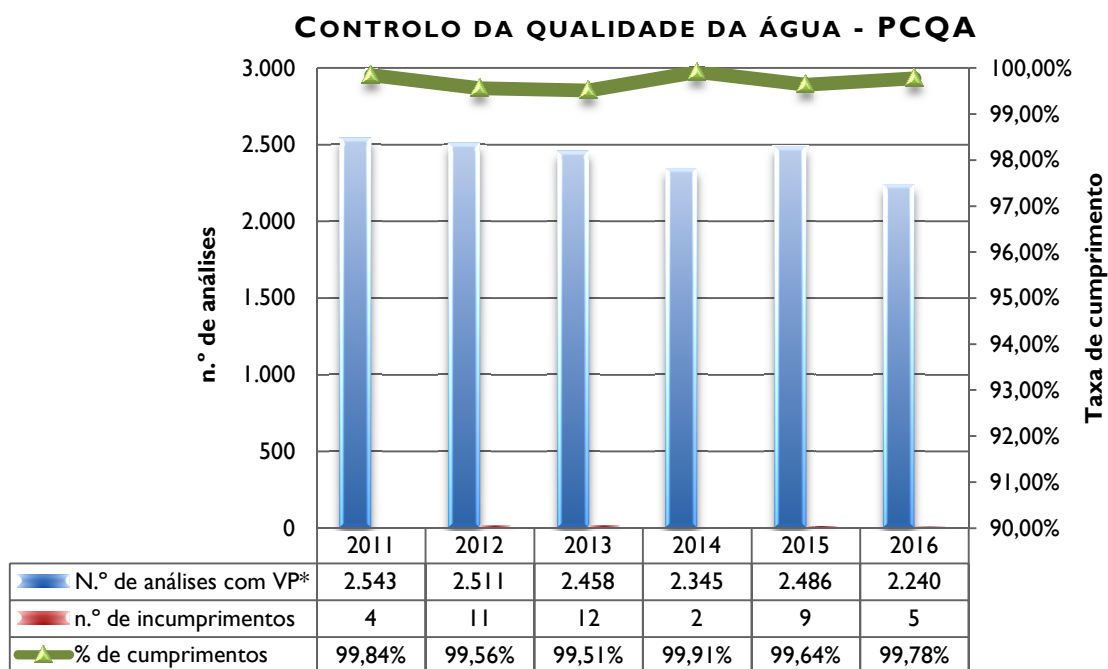
Gráfico 2 Volumes por tipo de origem de água (m³)

Toda a água captada para abastecimento da população beneficia de tratamentos físico-químicos, de forma a assegurar a sua potabilidade.

A regularidade do fornecimento da água é assegurada por 64 reservatórios, que possuem uma capacidade total de armazenamento de 25.389 m3.

A ADC é responsável pela exploração e manutenção de 9 sistemas públicos de abastecimento de água no concelho da Covilhã que no total englobam 23 zonas de abastecimento para as quais é elaborado, anualmente um programa de qualidade de água (PCQA) sujeito à aprovação da ERSAR.

Em relação ao cumprimento do PCQA, e à semelhança dos anos anteriores, foram executadas todas as análises previstas representando assim uma taxa de execução de 100%, sendo de 99,78% a percentagem de análises realizadas com cumprimento do valor paramétrico.



* - Inclui os parâmetros conservativos da Alta (dados de acordo com a ERSAR).

Gráfico 3 Controlo da qualidade da água

Durante o ano de 2016, foram realizadas várias campanhas ativas de deteção e reparação de roturas/fugas, nomeadamente nas localidades de S. Jorge da Beira, Barroca Grande, Cambões, Barco, Paúl, Sobral de S. Miguel e no Tortosendo, as quais permitiram identificar cerca de 43 situações. Foram também realizados trabalhos de substituição de redes de distribuição de água em algumas ruas das localidades de Vila do Carvalho, Barco, Cantar Galo, Teixoso, Aldeia de S. Francisco de Assis, Peso e Taliscas. Estas ações, em conjunto com as demais realizadas pelo sector operativo e piquete, permitiram uma nova redução de água não faturada, que passou de 32,9% (2015) para 31,7% (2016). Para esta redução também contribuiu a campanha de substituição de contadores de grandes consumos, bem como a instalação de contadores em alguns locais de rega.

Foram também alvo de intervenção alguns reservatórios, nomeadamente o R72 – Pontes, R18 – Casal da Serra, R50 – Laranjeiras, R9 – S. João de Malta, R12 – Boidobra, R36 – Peraboa, R6 – Pousadinha e R8 – Santa. Foram realizadas pequenas intervenções noutros reservatórios. Por forma a reduzir as pressões de serviço, foram instaladas válvulas redutoras de pressão nas redes de Vila do Carvalho, Boidobra e Terlamonte.

Na Aldeia de S. Francisco de Assis foram adaptadas duas câmaras de perda de carga em câmaras de calcificação, o que possibilitou a desinstalação do sistema de injeção de leite de cal no R63.

A ADC, em janeiro de 2016, internalizou o serviço de controlo de qualidade da água, nas freguesias da zona norte e sul do concelho, através da contratação de 4 operadores e aquisição de viaturas. Este serviço, em conjunto com investimentos em ferramentas de controlo - Telegestão (controlo em tempo real dos níveis dos reservatório, teores cloro e pH), com a otimização dos tratamentos, com execução dos planos de desinfeção de reservatórios e manutenção das redes de distribuição, bem como com a implementação dos Planos de Segurança da Água – PSA (*) - Projeto piloto em colaboração com a ERSAR, que irá permitir à ADC um reforço na garantia da qualidade da água distribuída e uma maior capacidade de intervenção nos sistemas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais – permite a esta empresa assumir a totalidade do controlo de qualidade da água do concelho.








(*) "Na prática, a garantia da qualidade da água para abastecimento público tem sido baseada na deteção de indesejáveis constituintes microbiológicos, físicos, químicos e radiológicos, potencialmente perigosos para a saúde humana, através da análise de conformidade dos resultados obtidos na monitorização da qualidade da água fornecida aos consumidores com os valores paramétricos estipulados nas Normas legalmente estabelecidas. Esta abordagem tem garantido adequados padrões de qualidade da água para consumo humano, principalmente nos países industrializados, daí resultando elevados níveis de confiança dos consumidores na qualidade do serviço que lhes é prestado" Guia técnico Planos de segurança da água da ERSAR).

Por razões de saúde pública e cumprimento do normativo legal existente sobre a obrigatoriedade de ligação às redes existentes (Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto), deu-se continuidade à estratégia de angariação de novos clientes que não estão ligados, em estrita cooperação com as entidades locais, incrementando os procedimentos de fiscalização e notificação de clientes, bem como equacionando decisões de expansão de redes.

Convém salientar que através dos censos de 2011, é possível concluir que existem cerca de 7.890 potenciais clientes, havendo necessidade de retirar a este número os alojamentos vagos e as habitações devolutas, mas que através do trabalho que tem sido desenvolvido de georreferenciação dos códigos de identificação do local e atualizando o cadastro existente, será possível continuar, no decorrer de 2017 (trabalho já iniciado em 2014, 2015 e 2016), a identificar as casas e as áreas onde será necessário intensificar a expansão de redes e a fiscalização.

O investimento em SIG / Gestão Operacional, continua a ser uma necessidade que esta empresa pretende colmatar em 2017, por forma a que, através de procedimentos rápidos, seja possível aceder a histórico de ruturas, de consumos, modelação hidráulica, elaboração de balanços hídricos dinâmicos, ordens de serviço realizadas e por realizar, análise de custos e de proveitos, calculo de indicadores de desempenho, etc.. Esta ferramenta permitirá, igualmente, a tomada de decisões de gestão mais racionais e transversais a toda a empresa, uma vez que o sistema integra toda a informação operativa, comercial e financeira, numa única aplicação georreferenciada.

Os objetivos delineados para 2017 são os seguintes:

-  Continuar a garantir o normal abastecimento de água para consumo humano com fiabilidade, nunca descurando os critérios de qualidade e de eficiência;
-  Redução de perdas de água - Ao nível do abastecimento, a ADC pretende dar continuidade aos procedimentos que têm vindo a promover a redução de perdas de água no sistema, com o objetivo de baixar o atual valor de 31,7% para valores recomendados pela ERSAR;
-  Realizar novas campanhas ativas de localização e deteção de fugas/roturas;
-  Continuidade das obras de reabilitação e recuperação de reservatórios de água e outras instalações;
-  Realizar a substituição de condutas e ramais;
-  Dar continuidade à elaboração dos planos de segurança da água;
-  Continuidade da renovação do parque de contadores - o atual estado do parque de contadores obriga a que haja um reforço na sua substituição durante o ano de 2017 no sentido, não só de garantir a manutenção de qualidade da excelência do serviço prestado, bem como de aumentar os indicadores de desempenho associados ao sector de abastecimento de águas.

RAMAIS NOVOS DE ÁGUA E SANEAMENTO EXECUTADOS

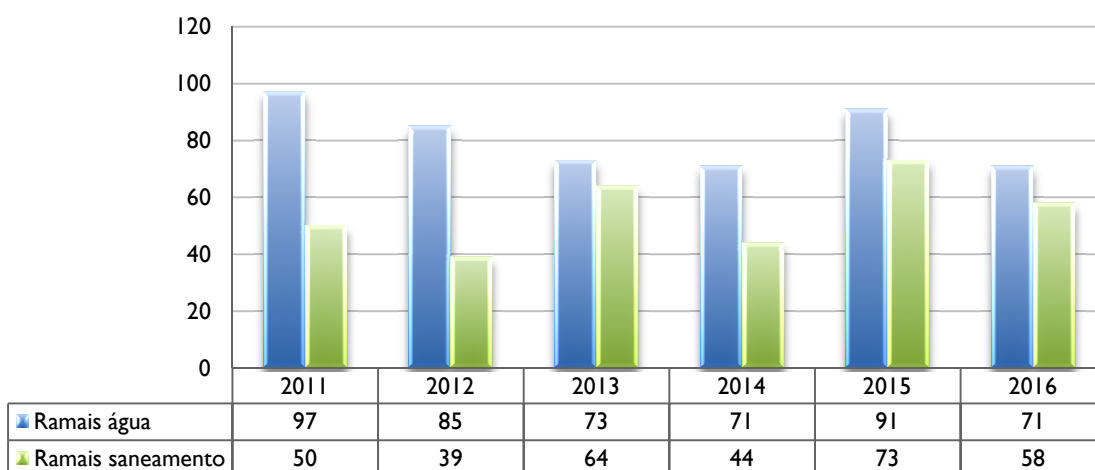


Gráfico 4 Ramais de água e saneamento executados

Tubagem aplicada (ampliações, substituições e reparações)

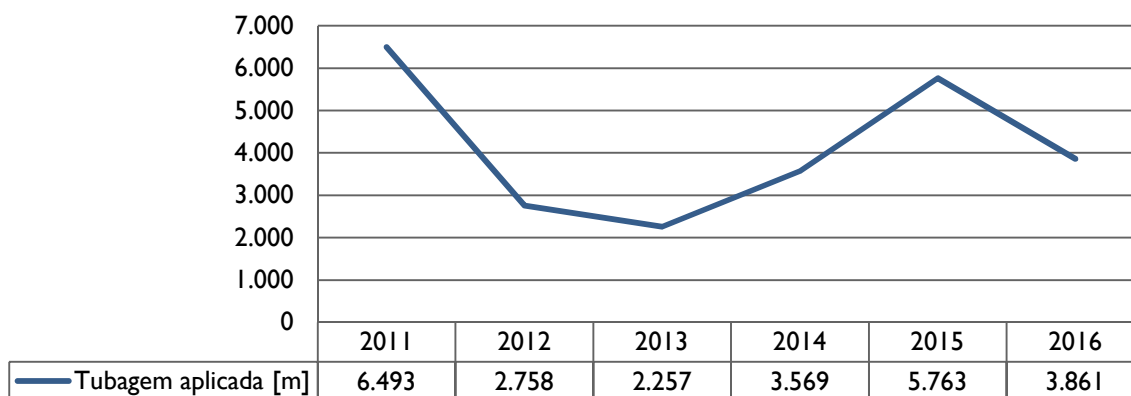


Gráfico 5 Tubagem aplicada

Intervenções do Piquete

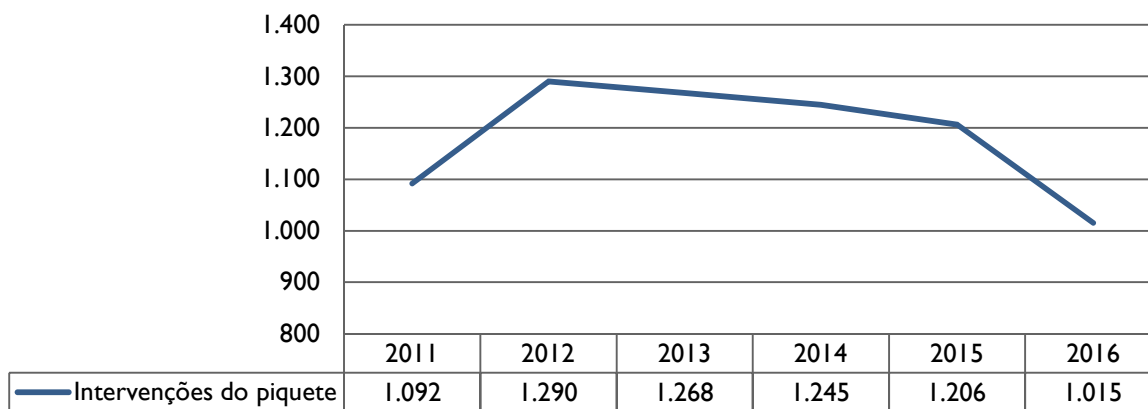


Gráfico 6 intervenções do piquete

2 - O SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS

A atividade deste sector consiste na:

- 🌿 Conservação, manutenção e desobstrução de redes públicas de drenagem de esgoto doméstico e/ou pluvial;
- 🌿 Limpeza de fossas sépticas;
- 🌿 Reparação de caixas de visita ou de ramais e subida das mesmas ao nível do pavimento;
- 🌿 Reparação ou substituição das tampas das caixas de visita e ramal;
- 🌿 Construção de coletores e ramais;
- 🌿 Reparação de sarjetas ou sumidouros;
- 🌿 Manutenção das 9 estações elevatórias e do tamisador nas Penhas da Saúde.

Sector de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais

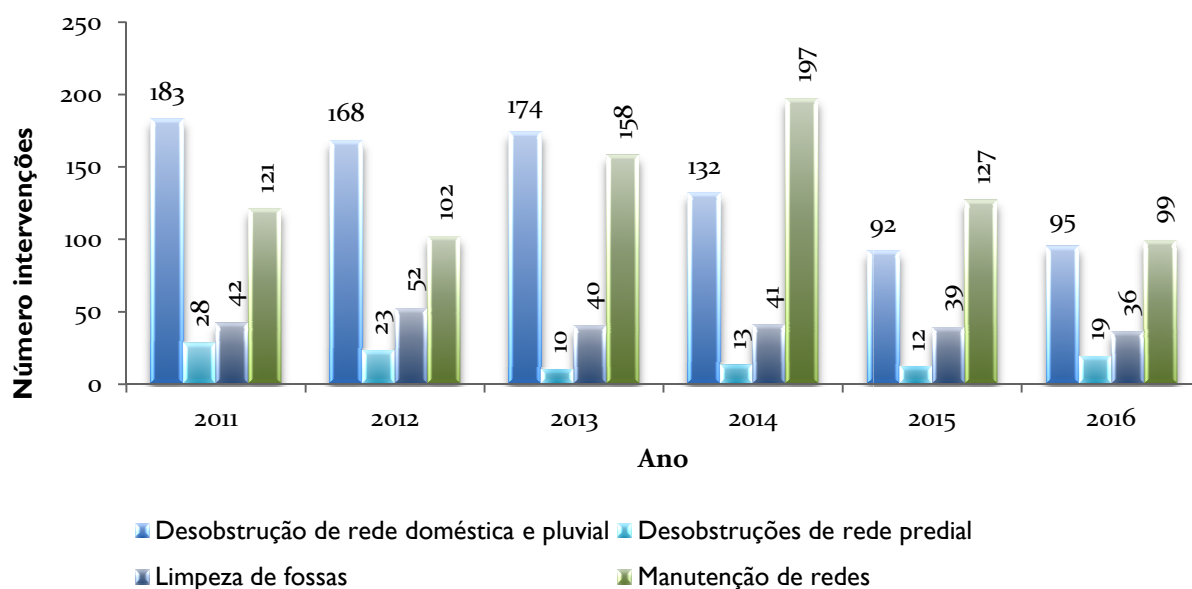


Gráfico 7 Sector de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais

3 – O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS

Em abril de 2005, foi concessionado o serviço de saneamento em alta à Águas da Serra, S.A., pelo período de 30 anos, com base nas condições estipuladas num contrato aceite entre o Município da Covilhã e a referida empresa.

A cláusula que define o tarifário e a faturação do serviço tem por base a evolução progressiva da tarifa (de acordo com o anexo VI do respetivo contrato de concessão) e a evolução dos caudais num incremento anual de 0,5% (de acordo com o anexo VII do referido contrato de concessão). O preço do serviço corresponde ao resultado da multiplicação dos caudais estimados de água a tratar com o valor da respetiva tarifa, sujeita a revisão anual com base numa fórmula que integra o IPC – índice de preço ao consumidor.

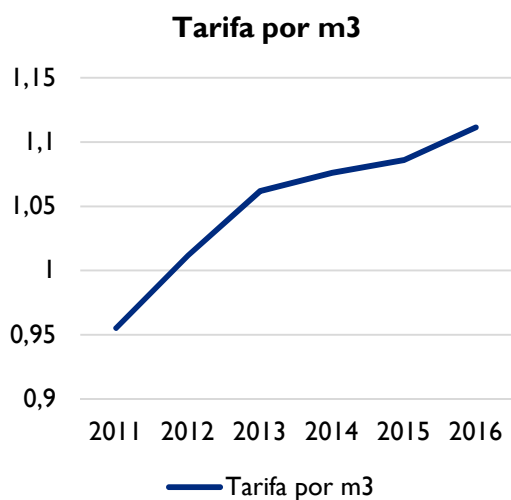


Gráfico 8 Tarifa por m³

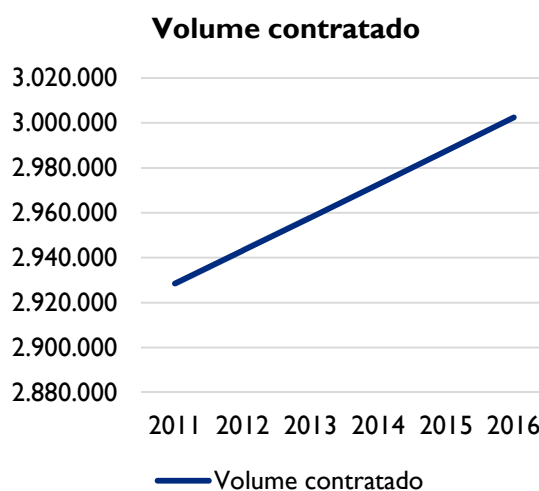


Gráfico 9 Volume contratado

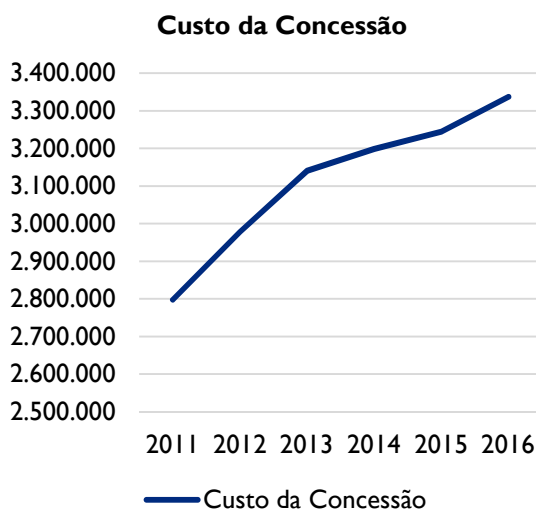


Gráfico 10 Custo da Concessão

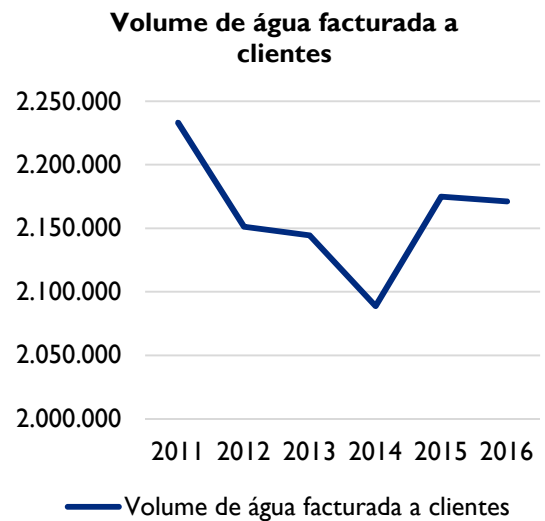







Gráfico 11 Volume de água faturada

4 – LIMPEZA PÚBLICA

As tarefas diárias consistem na:





-  Limpeza de valetas e desobstrução de sarjetas;
-  Corte de arbustos e silvas em taludes;
-  Lavagem de passeios e arruamentos;
-  Remoção de cartazes publicitários afixados;
-  Desratização e desbaratização na cidade.

5 - RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Em 2016 deu-se início à modernização deste setor através do investimento num novo veículo para recolha de resíduos urbanos indiferenciados. Esta decisão assentou na necessidade de substituição urgente das viaturas de recolha existentes, melhorando ao mesmo tempo a eficiência do setor e as condições de trabalho dos colaboradores que operam com estes equipamentos. A nova viatura permite a recolha simultânea de contentores e molok's, o que possibilita a otimização dos circuitos de recolha e a consequente redução de gastos. A aquisição de uma segunda viatura, prevista para

2017, virá reforçar a otimização referida e alavancar a potencial internalização da recolha das zonas norte e sul do concelho, atualmente realizadas por um prestador de serviços.

As tarefas diárias consistem na:

-  Recolha indiferenciada de Resíduos Urbanos;
-  Recolha seletiva de materiais recuperáveis e de objetos volumosos fora de uso, vulgo “monstros”;
-  Reparação, substituição e lavagem de contentores;
-  Fiscalização das descargas ilegais de resíduos.

Evolução dos gastos com a deposição de RSU

Ano	RSU		Total (€)
	ton/ano	€/ton	
2011	17.049	47,47	809 368,00
2012	16.418	46,19	758 261,64
2013	16.223	46,58	755 673,28
2014	16.640	43,40	722 176,00
2015	16.389	41,24	675 955,77
2016	16.277	41,27	671 680,67

Estes valores são com IVA incluído

Tabela 1 Evolução dos gastos com a deposição de RSU

GASTOS COM A DEPOSIÇÃO DE RSU

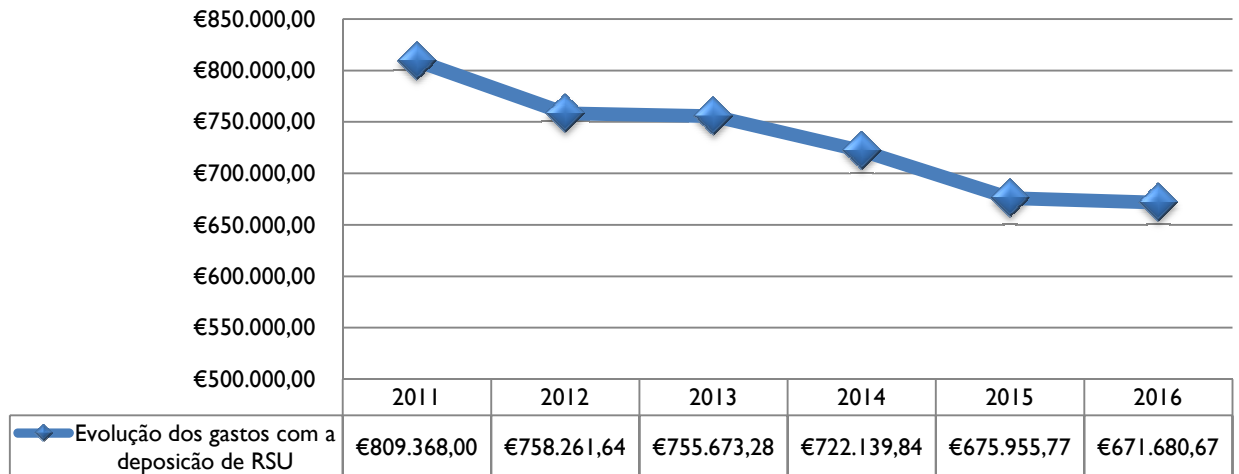


Gráfico 12 Gastos com a deposição de RSU

QUANTIDADES RECOLHIDAS DE RSU

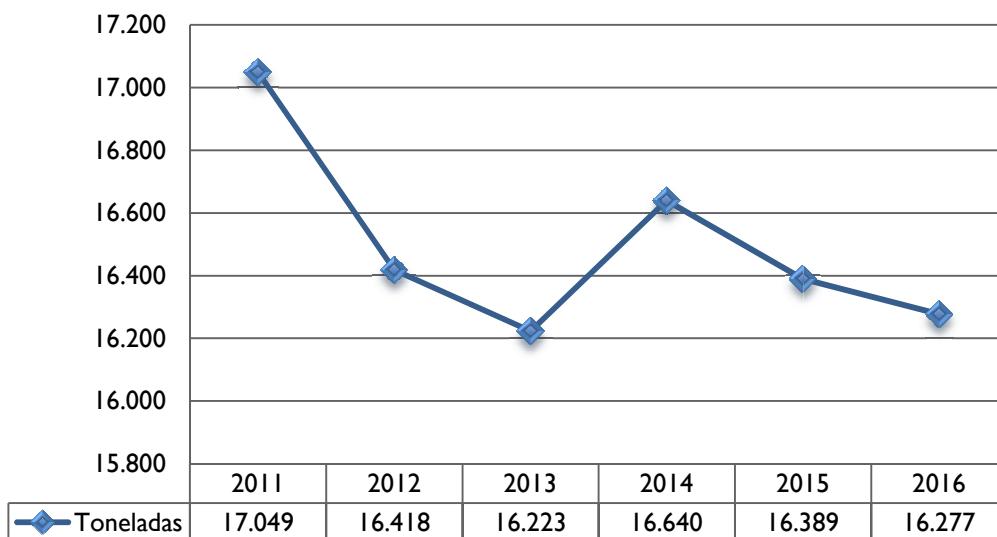


Gráfico 13 Quantidades recolhidas de RSU

No ano de 2016 foram depositadas 16.277 toneladas de resíduos sólidos com um gasto efetivo, suportado pela ADC, num total de 671.681 euros, com IVA, faturados pela RESIESTRELA, SA.

Desde fevereiro de 2013 que a recolha seletiva é feita pela RESIESTRELA, SA. Importa realçar que a reciclagem continua a ser uma preocupação para a ADC, pelo que, nos últimos três anos, foram realizadas ações conjuntas que serão intensificadas no decorrer do ano de 2017, promovendo assim esta empresa municipal a diminuição da quantidade de RSU que vai para deposição.

EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES RECOLHIDAS SELECTIVAMENTE

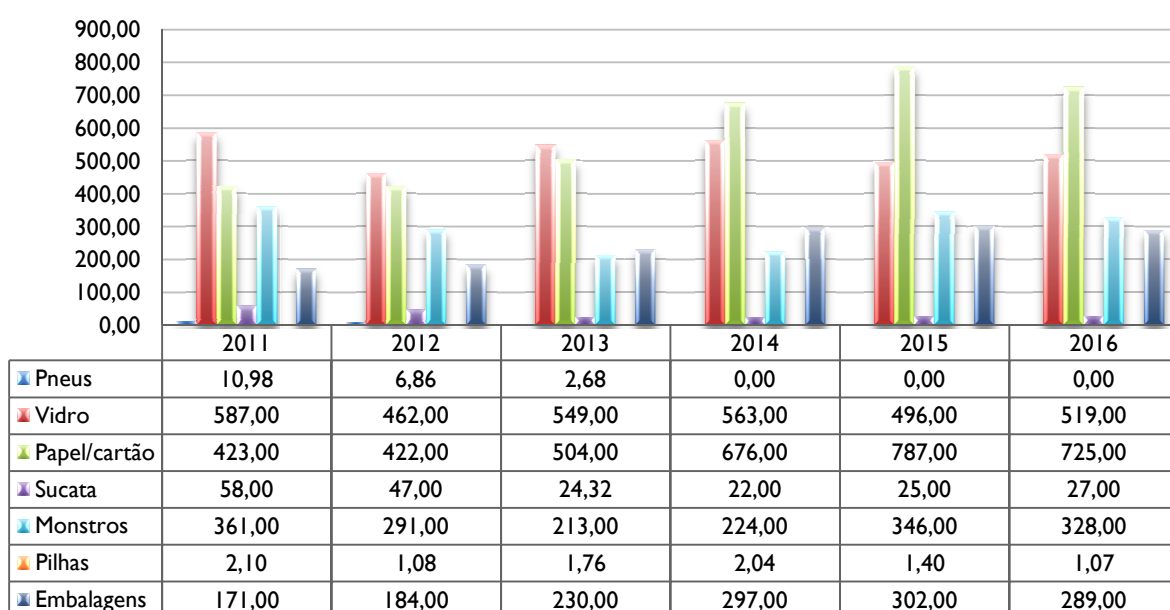


Gráfico 14 Evolução das quantidades recolhidas seletivamente

6 - PARQUES E JARDINS

A atividade desta área traduz-se na requalificação e manutenção de espaços públicos, incluindo a rega com água não tratada, que passa pela manutenção de poços/reservatórios e da respetiva rede de distribuição. O Viveiro Municipal produz espécies utilizadas nos espaços verdes do concelho.

A decisão do Conselho de Administração, em 2014, de internalizar a maioria dos serviços realizados neste setor, optando pela contratação de pessoal e pela aquisição de viaturas e equipamentos, permitiu estabilizar dos gastos diretos deste setor em 2015 e 2016, após a verificada redução de 2014. A decisão refletiu-se também ao nível do número de intervenções realizadas, com especial

ênfase em limpeza e manutenção de diversos locais que há muitos anos que não eram intervencionados, bem como a realização parcial de podas de árvores na cidade.

Este setor constitui atualmente uma força operacional desta empresa, que permite a realização de intervenções urgentes e anteriormente não realizadas pelos prestadores que eram contratados, dando apoio direto à limpeza urbana sempre que necessário.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DO SECTOR PARQUES E JARDINS

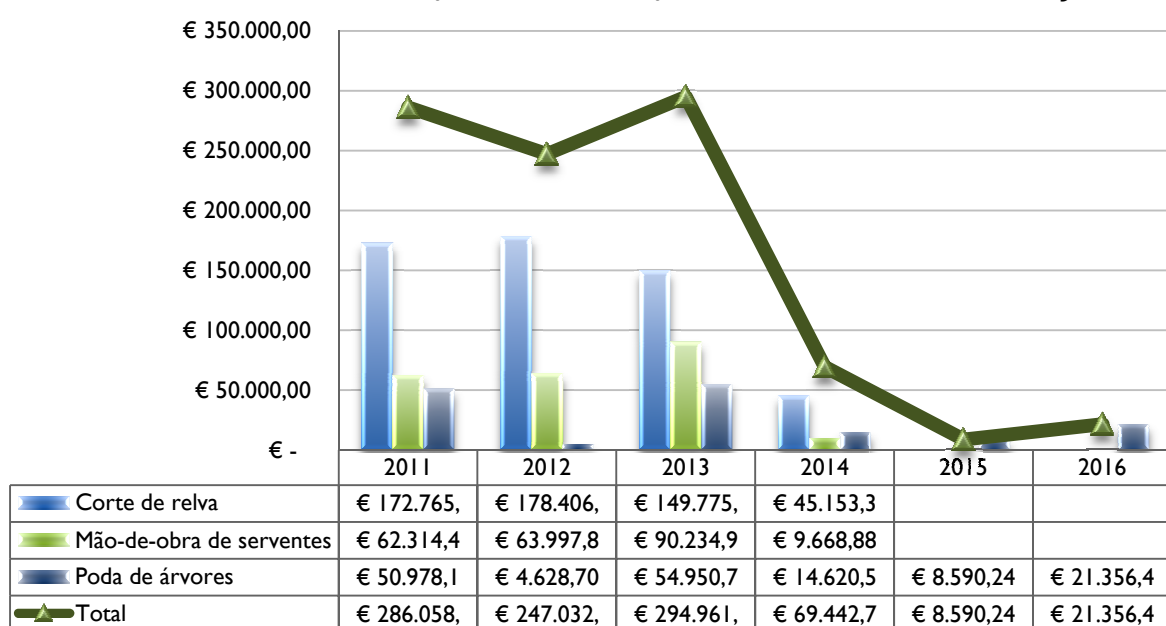


Gráfico 15 Prestações de serviço do sector parques e jardins

Gastos directos anuais sector Parques e Jardins

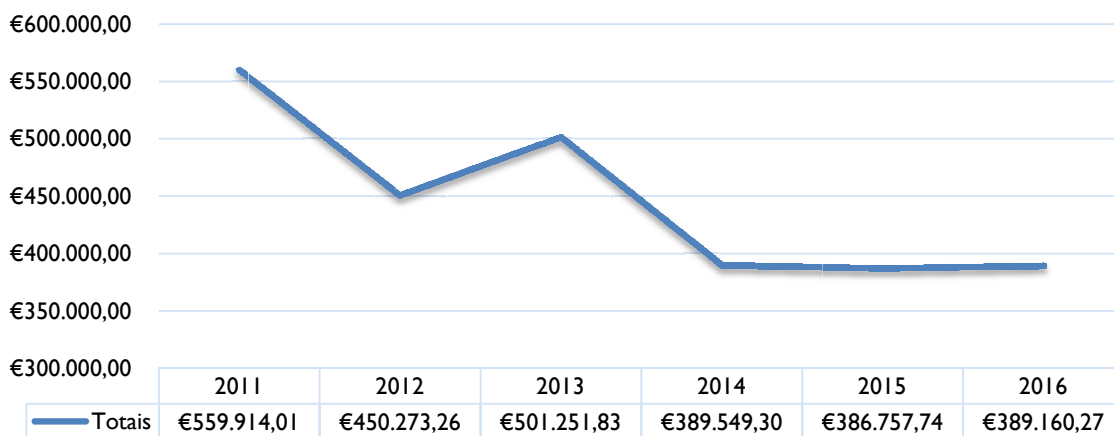


Gráfico 16 Gastos directos anuais setor parques e jardins

III - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1 – ATIVO

A) Ativo não Corrente

 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

No decorrer do ano de 2016 foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 469.447 €, destacando-se os seguintes:

Investimento realizado					
	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2012
Ampliação/Remodelação de redes de água	58.254,69 €	118.996,85 €			37.782,36 €
Ampliação/Remodelação de redes de águas residuais	7.270,23 €	3.518,54 €	13.003,25 €		
Conservação e equipamentos reservatórios	5.536,73 €	16.424,40 €	2.180,00 €		- €
Edif. Serviços operativos - PIC					77.443,00 €
Viveiro municipal			8.622,42 €		
Equipamento de transporte	245.098,81 €	10.406,51 €	84.171,30 €		- €
Contadores	66.131,01 €	26.923,86 €	25.701,90 €	27.838,79 €	30.235,38 €
Equipamentos RSU's	10.096,00 €	439,98 €	4.000,00 €	6.413,13 €	- €
Programas de computador	3.376,30 €	1.544,80 €	10.563,11 €	80,00 €	12.965,79 €
Outros investimentos	73.682,74 €	41.350,73 €	23.012,64 €	6.132,63 €	18.744,92 €
Total	469.446,51 €	219.605,67 €	171.254,62 €	40.464,55 €	177.171,45 €

Tabela 2 Investimento realizado

O ano de 2016 foi marcado por uma nítida consolidação de tendência de crescente investimento realizado, representando um valor de 138% face ao realizado em 2015 e 282% face ao realizado em 2014. Desde 2010 que se verifica uma baixa taxa de execução orçamental na rúbrica dos investimentos, contudo, ainda assim, em 2016 observou-se a melhor taxa de execução dos últimos 5 anos, situada nos 54%.

Evolução dos Investimentos

Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valores em euros	167 566,14 €	177 171,00 €	40 464,55 €	171 254,62 €	219 605,67 €	469 446,51 €

Tabela 3 Evolução dos investimentos

Evolução dos investimentos

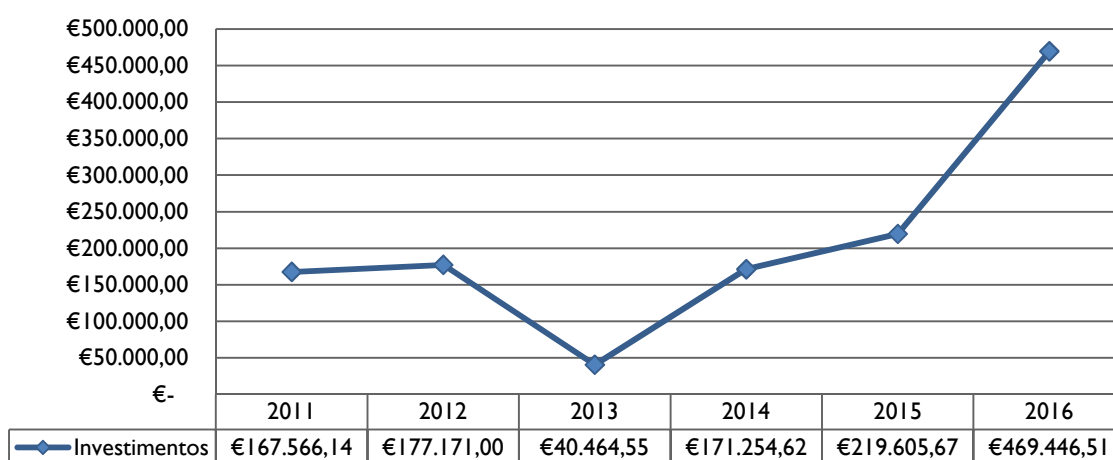


Gráfico 17 Evolução dos investimentos

Investimentos

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Realizado	167 566,00 €	177 171,45 €	40 464,55 €	171 254,62 €	219 605,67 €	469 446,51 €
Previsto	849 100,00 €	881 978,00 €	754 750,00 €	734 750,00 €	807 150,00 €	861 850,00 €
Desvio	- 681 534,00 €	- 704 806,55 €	- 714 285,45 €	-563 495,38 €	-587 544,33 €	-392 403,49 €
Taxa Execução	19,73%	20,09%	5,36%	23,31%	27,21%	54,47%

Tabela 4 Investimentos

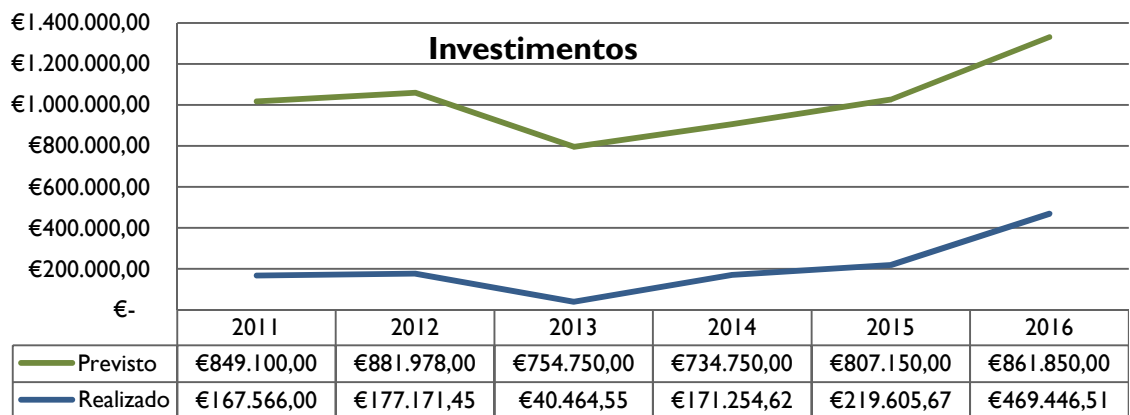


Gráfico 18 Investimentos

B) Ativo Corrente

Inventários

As existências de materiais apresentavam no final de 2016 um valor de 264.096 €, destacando-se as matérias-primas para o sector da água com 196.450 € e as matérias-primas de saneamento com 38.419 €.

As perdas por imparidade nos inventários registavam, à data de 31 de dezembro, o montante de 37.056 €.

Clientes

O valor das dívidas de clientes apresentava a 31 de dezembro de 2016 um saldo de 2.009.214 €, sendo 1.220.659 € de clientes da faturação de água e de prestações de serviços e 788.555 € referentes a clientes de cobrança duvidosa, para os quais está contabilizada uma perda por imparidade de igual montante.

 **Outras contas a receber**

O valor de 7.405.314 € apresentado no Balanço, respeita fundamentalmente à contabilização na rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos”, dos subsídios à exploração devidos pelo Município da Covilhã, e respeitantes aos anos de 2010, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, no montante global de 4.800.704 €, e ainda ao registo do valor de 2.145.000 € relativos à compensação do valor a receber da ADS - Águas da Serra, SA, por via da antecipação da totalidade dos dividendos, no montante global atualizado de 2.145.000 €, a receber pelo Município da Covilhã (por deter 30% do capital social daquela empresa). Entendemos que este registo carece de esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

 **Caixa e depósitos bancários**

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor registado em Caixa e Depósitos Bancários ascendia a 2.461.967,00 €.

2 – PASSIVO**A) Passivo não Corrente** **Provisões**

O valor de 90.341 € apresentado no Balanço respeita: à constituição de uma provisão para processos judiciais em curso, já criada no exercício de 2011, reduzida no ano seguinte e reforçada no exercício de 2016, em 76.934 €, a qual apresenta o montante de 87.387 €, a 31 de Dezembro de 2016, reflectindo a estimativa de prováveis exfluxos que incorporem benefícios económicos, relativos a processos judiciais e outros, entre a empresa e clientes.

O valor da provisão aquando do fecho do exercício de 2012, considerava os processos anteriores à entrada do Regulamento do Sistema de Abastecimento de Água e de Águas Residuais da ADC.

O Conselho de Administração entendeu, no entanto, reforçar neste exercício o montante respeitante aos processos de 2015 e 2016, uma vez que, pelos valores em causa, não serão passíveis de recurso judicial.

O valor de 2.954 € respeita a Outras Provisões.

Financiamentos obtidos

O valor de 5.469.900 € apresentado no Balanço respeita a um empréstimo bancário de médio prazo, contraído com o Santander no montante de 3.500.000 € (deduzido do valor de 30.100 € por via da contabilização ao custo amortizado). Aquele montante inclui ainda 2.000.000 € respeitantes ao suprimento do acionista privado efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital social desta empresa.

Outras dívidas a pagar

O montante de 3.841.058 € refletido nesta rubrica encontra-se coberto com protocolos de acordo desta empresa com factoring contratado por fornecedores e empreiteiros, sendo pago com amortizações mensais.

É de salientar que no ano de 2016 foram liquidados 654.000 €, que, levando em linha de conta a conjuntura local e nacional, representou um enorme esforço de redução do passivo.

B) Passivo Corrente

Fornecedores

Nesta rubrica importa salientar que, cerca de 53% do seu valor se encontra concentrado em dois fornecedores, a saber:

- 884.279 € de dívida à ADS – Águas da Serra, SA, referente à concessão do serviço de saneamento em alta e;
- 518.839 € à Resiestrela, SA.

Em setembro de 2013 a ADC assinou com a Resiestrela o Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final, tendo pago a dívida para com a Águas do Zêzere e Côa e para com a Resiestrela, através de cheques no valor de 4.215.131 €. Foi igualmente liquidado o montante de 560.984 € através da dação em cumprimento pela transmissão da propriedade de bens afetos ao sector dos resíduos sólidos, nomeadamente, a estação de transferência e o ecocentro e equipamento básico.

A ADC reconheceu a obrigação de pagamento à Resiestrela de 589.389 €, que serão liquidados em 171 prestações com o débito, para efeito de encontro de contas, de faturas emitidas à Resiestrela pela prestação de serviços de gestão e manutenção do Ecocentro. À data de 31 de dezembro de 2016 já tinham sido liquidadas 39 prestações.

Financiamentos obtidos

O valor de 1.203.960 euros inscrito nesta rubrica respeita ao montante em dívida do empréstimo bancário contraído por esta empresa municipal, em 2013, e cujo reembolso total e antecipado ocorreu no dia 5 de Janeiro de 2017.

Outras contas a pagar

Nesta rubrica estão refletidos 654.000 € referentes às amortizações mensais dos protocolos de acordo com factoring contratado por fornecedores e empreiteiros, que se vencem em 2017.

De salientar ainda o montante 3.237.171 € euros contabilizados em “Credores por acréscimos de gastos”. O valor mais significativo registado nesta rubrica, 2.145.000 €, respeita ao gasto com a assistência técnica de gestão da AGS – Hidurbe. Entendemos que este registo carece de

esclarecimentos que serão solicitados aos Acionistas; contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

Foram contabilizados 294.774 € euros relativos à estimativa de férias, subsídio de férias e encargos.






Está também incluído o valor de 32.487 € relativos à dívida por “depósito de garantia”, respeitante às garantias da execução de obras pelos empreiteiros, em função dos valores contratados.







3 – CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da ADC ascende, no final do exercício, a 12.114.778 €, com evidência para o valor dos Resultados Transitados que incorporaram o Resultado Líquido de 2015.

4 – RENDIMENTOS

Importa referir que:

-  As vendas de água apresentam um valor de 2.551.110 € (já deduzido do valor do desconto do cartão do idoso de 6.250 €).
-  As prestações de serviços apresentam um valor líquido de 8.450.670 €, sendo 2.364.059 € do sector da água; 4.180.830 € euros do sector do saneamento e 1.797.582 € euros do sector dos resíduos sólidos.
-  O valor do desconto do cartão do idoso afeto às prestações de serviços foi de 19.572 €.
-  Os serviços diversos prestados a terceiros desde reparações de ruturas nas redes públicas de distribuição de água, limpeza de coletores de esgoto e fossas sépticas, entre outros, apresentavam no final do exercício um valor de 6.056 €.
-  A tarifa de encargos de cobrança registou um valor de 121.615 €.

-  O desconto do idoso apresentou um valor global de 25.822 €.
-  Os trabalhos para a própria entidade registaram um valor de 77.638 €.
-  Em “Subsídios à Exploração” foi contabilizado, por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, o montante de 563.000 €, respeitante aos Contratos Programa para o ano de 2016, e 34.908 € referentes a subsídios do I.E.F.P..
-  Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” importa salientar os valores de 33.627 € e 22.940 €, relativos à recuperação de custos imputados à Resietrela e à Icovi, respetivamente.
-  Foi contabilizado o montante de 15.014 € resultantes da transferência dos subsídios ao investimento de “Outras variações no capital próprio - Subsídios” na proporção da depreciação dos bens subsidiados.
-  Em 2016, o total dos rendimentos registou um aumento de 125.228 €, correspondendo a mais 1,07%.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas de Rendimentos:

Rubricas	Ano 2016	Ano 2015	Variações 2016-2015	Peso na estrutura 2016
71 Vendas	2 551 110,09	2 478 048,15	2,95%	21,60%
72 Prestações de Serviços	8 450 569,74	8 431 332,58	0,23%	71,55%
74 Trabalhos para a própria empresa	77 638,41	74 700,87	3,93%	0,66%
75 Subsídios à Exploração	597 908,36	563 694,49	6,07%	5,06%
76 Reversões	678,89	5 328,12	-87,26%	0,01%
78 Outros rendimentos e ganhos	110 873,24	110 665,96	0,19%	0,94%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	21 419,84	21 200,04	1,04%	0,18%
Total	11 810 198,57 €	11 684 970,21 €	1,07%	100,00%

Tabela 5 Origem dos rendimentos

Evolução dos Rendimentos

SNC	2011	2012	2013	2014	2015	2016
71 Vendas	2 719 215,49	2 674 670,78	2 486 050,45	2 394 579,63	2 478 048,15	2 551 110,09
72 Prestações de Serviços	7 664 295,10	7 940 268,22	8 388 211,43	8 435 316,23	8 431 332,58	8 450 569,74
74 Trabalhos para a própria empresa	41 090,66	26 976,26	0,00	0,00	74 700,87	77 638,41
75 Subsídios à Exploração	799 236,00	902 297,00	643 349,04	756 419,00	563 694,49	597 908,36
76 Reversões	3 615,36	9 812,57	22 694,22	18 229,18	5 328,12	678,89
78 Outros rendimentos e ganhos	523 096,58	535 754,18	176 123,57	125 449,58	110 665,96	110 873,24
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	45 097,57	34 731,09	51 848,36	29 342,34	21 200,04	21 419,84
Total	11 795 646,76 €	12 124 510,10 €	11 768 277,07 €	11 759 335,96 €	11 684 970,21 €	11 810 198,57 €

Tabela 6 Evolução dos rendimentos

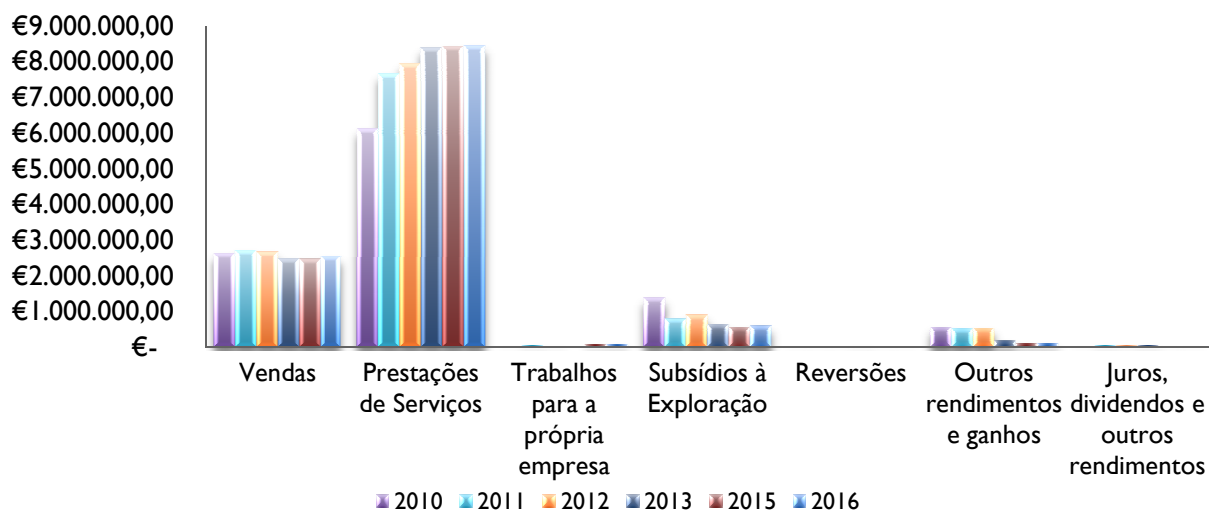


Gráfico 19 Origem dos rendimentos

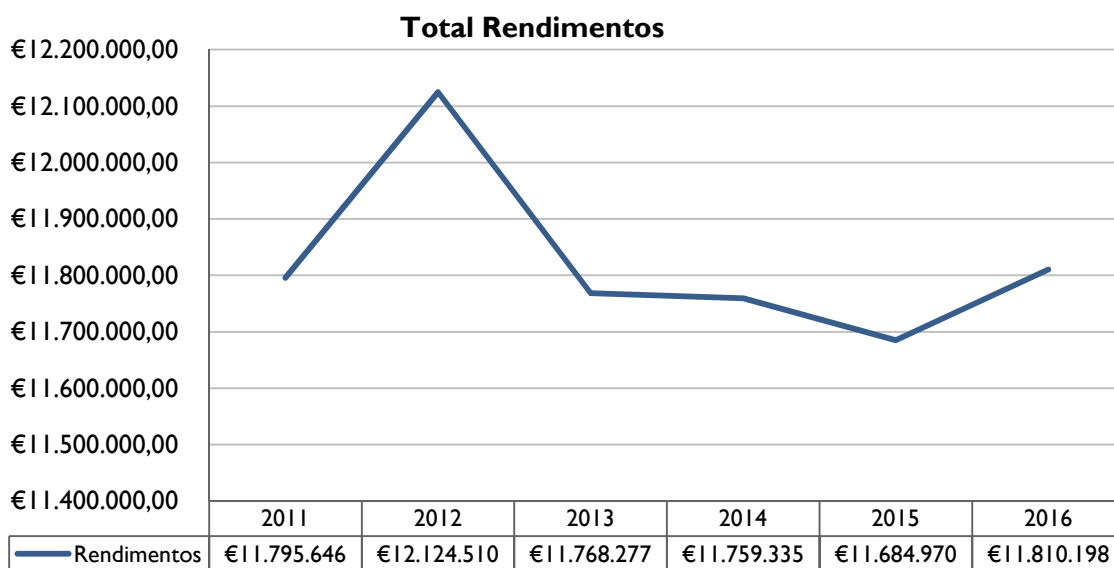


Gráfico 20 Evolução dos rendimentos

Prestações de Serviços				
Rubricas	Ano 2016	Ano 2015	Variações 2016-2015	Peso na estrutura 2016
Sector Água	2 364 058,79	2 362 874,04	0,05%	27,98%
Tarifa de disponibilidade	2 167 117,28	2 171 934,74	-0,22%	25,64%
Tarifa de ligação de contador	110 920,56	112 071,27	-1,03%	1,31%
Ramais	41 602,61	44 827,55	-7,19%	0,49%
Outras tarifas	44 418,34	34 040,48	30,49%	0,53%
Sector de Saneamento	4 180 830,14	4 182 238,25	-0,03%	49,47%
Tarifa de saneamento	3 425 517,63	3 400 111,30	0,75%	40,54%
Tarifa de disponibilidade	706 601,63	716 057,37	-1,32%	8,36%
Ramais	21 421,46	31 837,98	-32,72%	0,25%
Outras tarifas	27 289,42	34 231,60	-20,28%	0,32%
Sector dos Resíduos Sólidos	1 797 581,70	1 777 361,02	1,14%	21,27%
Desconto do cartão do idoso	-19 572,20	-18 356,64	6,62%	-0,23%
Outras tarifas e serviços diversos	127 671,31	127 215,91	0,36%	1,51%
Total	8 450 569,74 €	8 431 332,58 €	0,23%	100%

Tabela 7 Evolução das Prestações de Serviços

Evolução das Prestações de Serviço						
Rubricas	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Sector Água	2.063.894	2.076.680	2.316.656	2.351.559	2.362.874	2.364.059
Tarifa de disponibilidade	1.813.725	1.872.638	2.133.819	2.184.932	2.171.935	2.167.117
Tarifa de ligação de contador	112.954	107.716	111.976	101.174	112.071	110.921
Ramais	89.626	53.039	33.402	32.900	44.828	41.603
Outras tarifas	47.589	43.288	37.459	32.554	34.040	44.418
Sector de Saneamento	4.121.716	4.008.724	4.166.980	4.165.408	4.182.238	4.180.830
Tarifa de saneamento	3.520.084	3.356.458	3.360.887	3.341.015	3.400.111	3.425.518
Tarifa de disponibilidade	529.046	571.949	736.875	756.206	716.057	706.602
Ramais	20.353	25.760	25.760	11.594	31.838	21.421
Outras tarifas	52.233	54.557	43.459	56.593	34.232	27.289
Sector dos Resíduos Sólidos	1.467.664	1.775.148	1.798.579	1.815.147	1.777.361	1.797.582
Desconto do cartão do idoso	-93.976	-32.752	-17.511	-17.411	-18.357	-19.572
Outras tarifas e serviços diversos	104.998	112.468	123.507	120.613	127.216	127.671
Total	7.664.295,10 €	7.940.268,22 €	8.388.211,43 €	8.435.316,23 €	8.431.332,58 €	8.450.569,74 €

Tabela 8 Evolução das prestações de serviços

5 – GASTOS

A totalidade dos gastos de 2016 aumentou 69.739 € euros face a 2015.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas dos Gastos:

Gastos					
SNC	Rubricas	2016	Ano 2015	Variações 2016-2015	Peso na estrutura 2016
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	638.270,45	722.688,89	-11,68%	6,01%
62	Fornecimentos serviços externos	6.355.993,29	6.263.698,46	1,47%	59,86%
63	Gastos com pessoal	2.259.960,93	2.193.010,68	3,05%	21,29%
64	Gastos de depreciação e de amortizações	876.636,57	854.426,22	2,60%	8,26%
65	Perdas por imparidade	74.297,22	114.430,33	-35,07%	0,70%
67	Provisões do exercício	76.934,13	0,00		0,72%
68	Outros gastos e perdas	31.285,85	45.647,55	-31,46%	0,29%
69	Gastos e perdas de financiamento	304.000,17	353.737,37	-14,06%	2,86%
	Total	10.617.378,61 €	10.547.639,50 €	0,66%	100,00%

Tabela 9 Rúbricas dos gastos

Evolução dos gastos							
SNC		2011	2012	2013	2014	2015	2016
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	537.726,89	733.457,27	648.178,86	518.707,32	722.688,89	638.270,45
62	Fornecimentos serviços externos	6.645.238,69	6.608.084,92	6.692.233,36	6.440.618,83	6.263.698,46	6.355.993,29
63	Gastos com pessoal	2.298.141,04	2.231.839,11	2.119.596,33	2.293.929,91	2.193.010,68	2.259.960,93
64	Gastos de depreciação e de amortizações	922.978,98	926.894,22	907.937,45	858.909,00	854.426,22	876.636,57
65	Perdas por imparidade	132.033,04	44.412,39	57.873,02	0,00	114.430,33	74.297,22
67	Provisões do exercício	51.705,57	201.065,96	0,00	0,00	0,00	76.934,13
68	Outros gastos e perdas	61.676,30	40.377,86	53.519,12	42.286,29	45.647,55	31.285,85
69	Gastos e perdas de financiamento	518.394,72	397.188,53	408.780,17	463.871,72	353.737,37	304.000,17
Total		11.167.895,23	11.183.320,26	10.888.118,31	10.618.323,07	10.547.639,50	10.617.378,61

Tabela 10 Evolução dos gastos

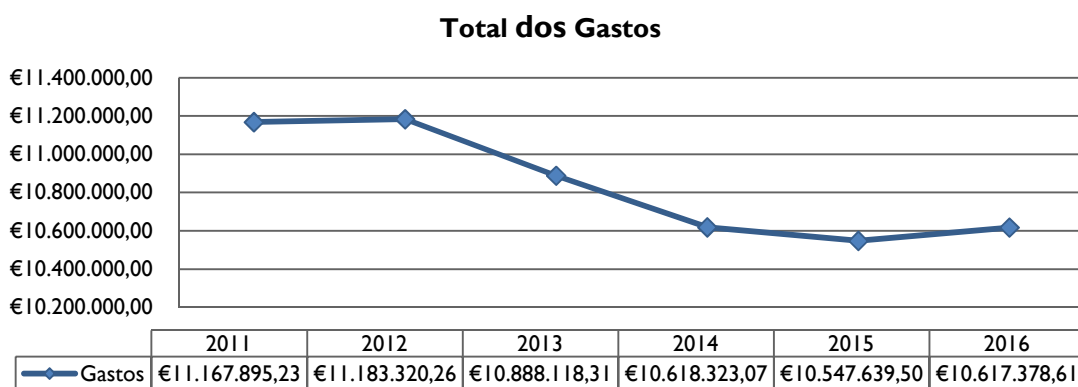


Gráfico 21 Evolução dos gastos

Os acréscimos mais significativos verificaram-se nos seguintes gastos: a) fornecimentos e serviços externos no valor de 92.295 €, justificado pelo aumento da tarifa de concessão de saneamento no valor de 92.423 €; b) gastos com pessoal, no valor de 66.950 € (dos quais 34.908 € foram subsidiados pelo IEFP); c) gastos de depreciação e de amortizações, no montante de 22.210 €; e provisões com 76.934 €.

Concomitantemente, os decréscimos dos gastos verificaram-se nas rubricas de: a) custo das mercadorias e matérias consumidas, com menos 84.818 €, devido à diminuição da água adquirida à ICOVI, no valor de 71.104 € e de materiais no valor de 13.315 €, b) perdas por imparidade, no montante de 40.133 €; c) gastos e perdas de financiamento com menos 49.737 €; e d) outros gastos e perdas com uma diminuição de 14.362 €.

6 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2016 foi de 1.096.927 €, registando em relação ao ano anterior um aumento de 4,9%, com mais 51.228 €, dando continuidade ao acréscimo de valor à empresa.

Evolução dos Resultados Líquidos do Exercício						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Líquido do Exercício	622 765,83 €	841 572,13 €	797 890,74 €	1 042 938,31 €	1 045 699,19 €	1 096 926,90 €

Tabela 11 Evolução dos resultados líquidos do exercício

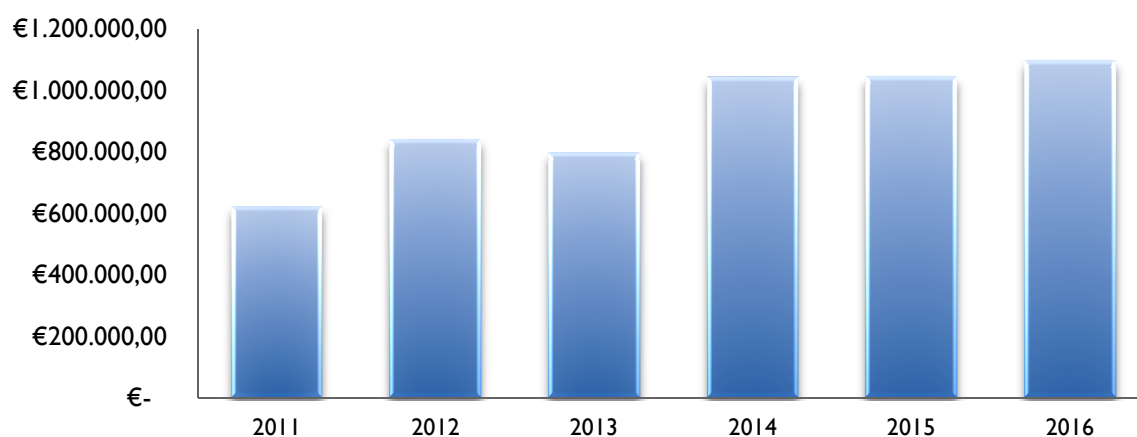


Gráfico 9 Evolução dos resultados líquidos do exercício

7 - RÁCIOS E INDICADORES

	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2012	Ano 2011
Capital Social	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €	9 000 000,00 €
Água Facturada (m ³)	2 225 499	2 232 717	2 141 655	2 199 178	2 206 568	2 304 149
N.º de Trabalhadores	127	120	120	116	116	125

Nota: O volume de água facturada inclui os consumos próprios.

Tabela 12 Rácios e indicadores – I

	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	Ano 2012	Ano 2011
Volume de Negócios	11 001 679,83 €	10 909 380,73 €	10 829 895,86 €	10 874 261,88 €	10 614 939,00 €	10 383 510,59 €
Resultado Líquido	1 096 926,90 €	1 045 699,19 €	1 042 938,31 €	797 890,74 €	841 572,13 €	622 765,83 €
Activo Líquido	29 685 344,69 €	28 070 925,98 €	29 673 981,10 €	28 425 587,08 €	30 233 289,90 €	29 703 533,19 €
Passivo	17 570 566,20 €	17 038 059,99 €	19 671 799,90 €	19 451 329,79 €	21 317 016,95 €	21 613 817,97 €
Capital Próprio	12 114 778,49 €	11 032 865,99 €	10 002 181,20 €	8 974 257,29 €	8 916 272,95 €	8 089 715,22 €

Tabela 13 Rácios e indicadores – II

	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Solvabilidade Total	0,69	0,65	0,51	0,46	0,42	0,37
Autonomia Financeira	0,41	0,39	0,34	0,32	0,29	0,27
Liquidez Geral	1,40	1,11	1,12	1,12	0,70	0,74
Rentabilidade do Activo	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02
Rentabilidade dos Capitais Próprios	0,09	0,09	0,10	0,09	0,09	0,08
Rentabilidade Líquida das Vendas	0,10	0,10	0,10	0,07	0,08	0,06

Tabela 14 Rácios e indicadores - III

Como se conclui pela análise dos quadros, a situação económica e financeira da ADC tem vindo a melhorar consideravelmente, reforçando a sua autonomia financeira, o seu grau de solvabilidade, a liquidez geral e a estabilidade dos rácios de rentabilidade.

IV – ÁREA COMERCIAL

Na área comercial é de salientar os objetivos atingidos no ano de 2016:

- 🌿 Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
- 🌿 Plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
- 🌿 Implementação de novas minutas de celebração de acordo de pagamento com força executiva;
- 🌿 Procedimentos de análise consumos em especial grandes clientes;
- 🌿 Alteração da metodologia de cálculo de estimativas;
- 🌿 Implementação de novos reportes comerciais;
- 🌿 Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.

No decorrer do ano de 2016, registou-se um decréscimo de 66 consumidores e, apenas, uma ligeira diminuição nos consumos de 3.672 m3.

Em 2016 não houve alteração no tarifário.

Os clientes desta empresa são maioritariamente domésticos, representando estes, cerca de 92% do total, 73% do consumo faturado e 46 % do valor da faturação de água.

Evolução de clientes							
	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Nº Clientes no início do ano	27 700	27 875	27 898	27 837	27 804	27 749	27 698
Nº Clientes no fim do ano	27 875	27 898	27 837	27 804	27 749	27 698	27 632

Tabela 15 Evolução de clientes

Nota: inclui contratos de consumos próprios que no início de ano eram 229 e no final de 2015 o número ascedia a 231.

Estrutura do Tipo de Consumidores / Facturação de Água (2016)

Tipo	Número	%	m3	%	Euros	%
Domésticos	25 335	91,69%	1 617 447	72,68%	1 183 759,43 €	46,40%
Com./Ind.	1 608	6%	323 581	14,54%	802 399,70 €	31,45%
Outros	439	1,59%	230 124	10,34%	564 950,96 €	22,15%
Total	27 382	99,10%	2 171 152	97,56%	2 551 110,09 €	100%
Cons. Próprios	250	0,90%	54 347	2,44%	- €	0%
Total	27 632	100%	2 225 499	100%	2 551 110,09 €	100%

Tabela 16 Estrutura do tipo de consumidores / faturação de água 2016

Evolução da água consumida em m³

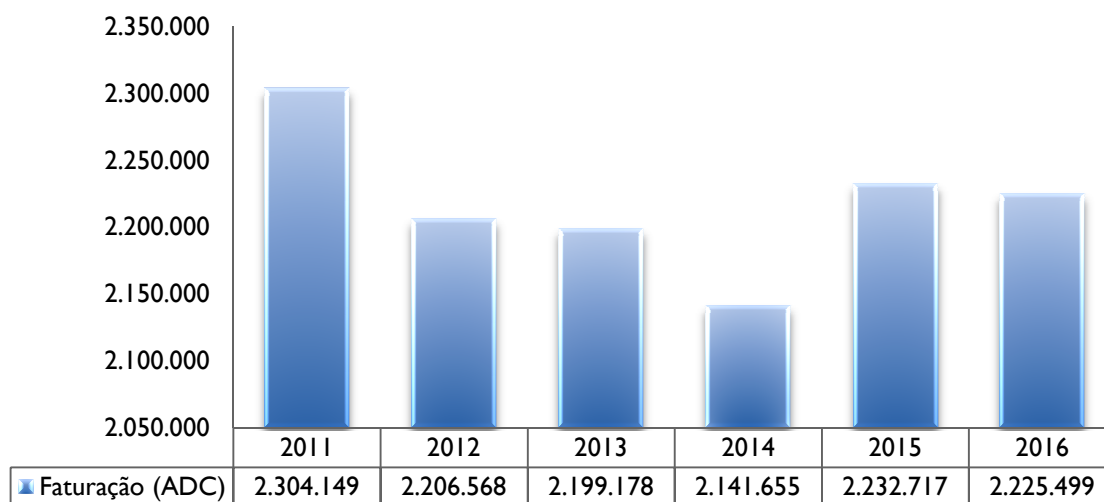
Tipo de Consumidor	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Doméstico	1 704 155	1 636 726	1 623 686	1 582 082	1 626 664	1 617 447
Com./Ind.	225 608	229 710	248 133	270 381	329 508	323 581
Outros	303 234	284 835	272 451	236 136	218 652	230 124
Total	2 232 997	2 151 271	2 144 270	2 088 599	2 174 824	2 171 152
Consumos Próprios	71 152	55 297	54 908	53 056	57 893	54 347
Total	2 304 149	2 206 568	2 199 178	2 141 655	2 232 717	2 225 499

 Tabela 17 Evolução da água consumida m³

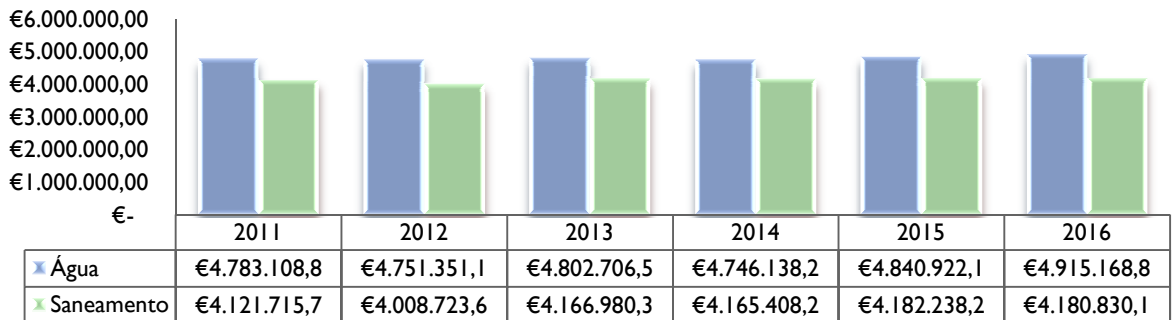
Número e consumo por tipo de cliente

Tipo de clientes	Número				m3 faturados			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Domésticos	25 013	24 949	24 901	24 811	1 590 824	1 556 322	1 598 513	1 588 141
Domésticos idosos	467	495	500	524	32 862	25 760	28 151	29 306
Comercial	1 589	1 568	1 541	1 519	136 175	138 882	169 771	148 607
Industrial	87	84	83	76	111 958	103 744	119 215	130 634
Administração Local	152	154	158	165	61 621	50 284	56 600	59 126
Administração Central	81	79	76	75	110 159	111 267	111 500	201 357
Instituições s/ fins lucrativos	62	69	82	84	58 285	59 011	67 334	67 393
Obras	50	49	59	64	9 041	7 054	4 776	5 321
Rega	68	60	55	51	3 060	8 520	13 919	10 366
Hotelaria/Grandes Superfícies	12	13	12	13	30 285	27 755	40 522	44 340
Subtotal	27 581	27 520	27 467	27 382	2 144 270	2 088 599	2 210 301	2 284 591
Consumos próprios	223	229	231	250	54 908	53 056	57 893	54 347
Indefinidos (refaturados)							-35 477	-113 439
Total	27 804	27 749	27 698	27 632	2 199 178	2 141 655	2 232 717	2 225 499

Tabela 18 Número e consumo por tipo de cliente

Evolução de faturação (m3)

 Gráfico 10 Evolução da faturação m³

Evolução da facturação (€)



Água Saneamento

Gráfico 24 Evolução da facturação €

Evolução da facturação de RSU'S (€)

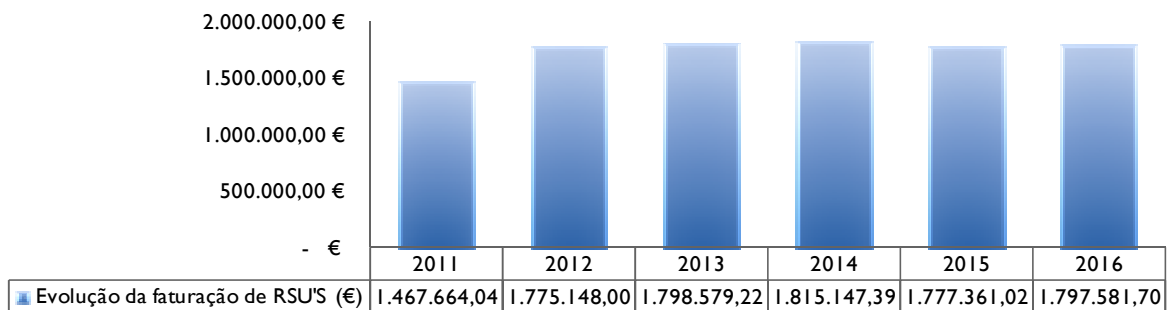


Gráfico 25 Evolução da facturação RSU's €

Facturação Água (€) - 2016

	€	%
Domésticos	1.183.759,43 €	46,40%
Comercial	323.560,75 €	12,68%
Industrial	354.890,79 €	13,91%
Administração Local	75.663,08 €	2,97%
Administração Central	618.734,66 €	24,25%
Instituições s/ fins lucrativos	86.185,44 €	3,38%
Obras	16.049,49 €	0,63%
Rega	33.274,86 €	1,30%
Hotelaria/Grandes Superfícies	123.948,16 €	4,86%
Indefinidos Refacturações/ notas de crédito geradas) -	264.956,57 €	-10,39%
Total	2.551.110,09 €	100,00%

Tabela 19 Faturação água € - 2016

Consumos facturados por tipo de clientes

	%	m ³
Adm. Central	4,78%	106.310
Adm. Local	2,66%	59.126
Cons. Comercial	6,68%	148.607
Cons. Industrial	5,87%	130.634
Cons. Obras	0,24%	5.321
Cons. Próprios	2,44%	54.347
Cons. Rega	0,47%	10.366
Domésticos	72,68%	1.617.447
Inst.S/ Fins Luc.	3,03%	67.393
Hotelaria/Grandes Superfícies	1,99%	44.340
Indefinidos Refacturações/ notas de crédito geradas)	-0,83%	-18.392
Total	100%	2.225.499

Tabela 20 Consumos faturados por tipo de clientes

Evolução do número de consumidores

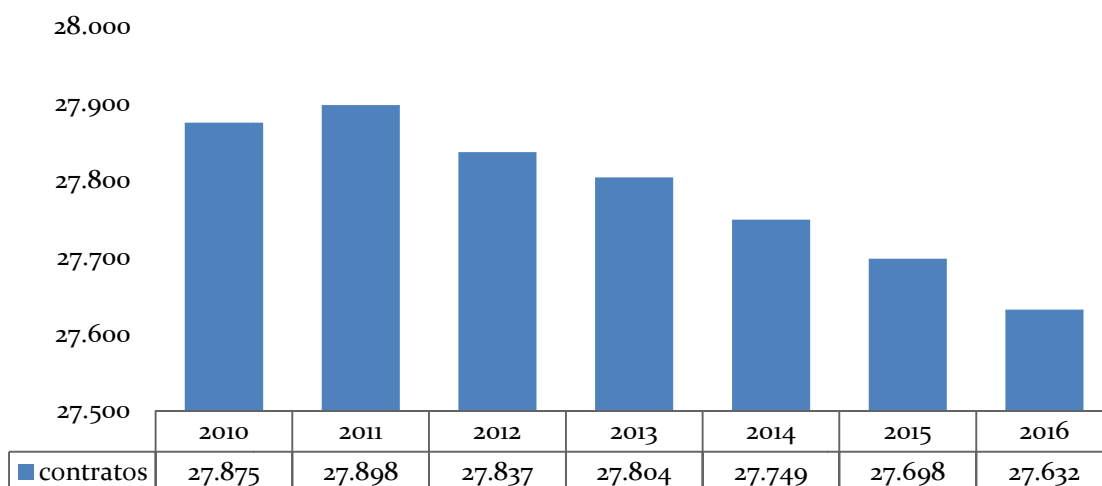


Gráfico 11 Evolução do nº de consumidores

Distribuição por tipo de cliente - 2016

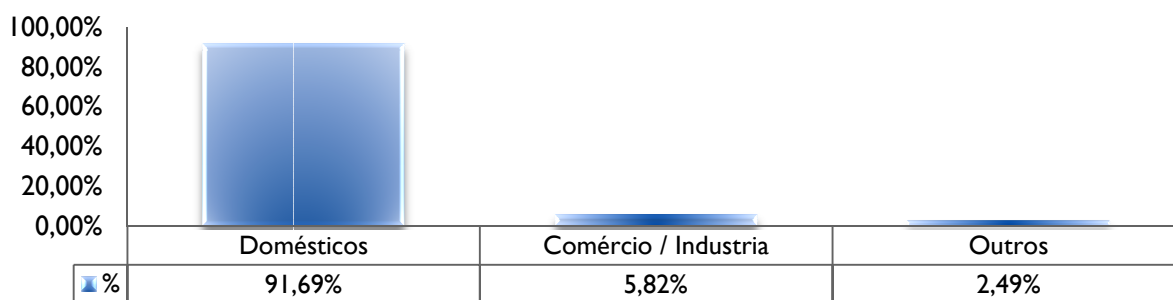


Gráfico 27 Distribuição por tipo de cliente - 2016

V- OUTROS DADOS

Recursos Humanos

No final do ano de 2016, a ADC – Águas da Covilhã, EM, era gerida por três Administradores, sendo que, apenas, o Presidente do Conselho de Administração era remunerado pela ADC, e registava um universo de 126 colaboradores, dos quais 73 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e em regime de mobilidade geral, por cedência de interesse público, 17 com contrato de trabalho sem termo e 36 com contrato de trabalho a termo certo.

Evolução dos Recursos Humanos						
	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Adm. Administrador	5	5	3	3	1	1
Dirig. Dirigente	1	1	1	1	1	3
C.S. Coordenador de serviço	3	3	3	3	3	3
T.S. Técnico Superior	9	9	9	10	10	10
E.I. Especialista Informática	1	1	1	1	1	1
C.T. Coordenador Técnico	1	1	1	1	1	1
A.S. Assistente Técnico	12	12	13	12	13	14
E.O. Encarregado Operacional	6	6	6	6	5	5
A.O. Assistente operacional	82	72	70	75	74	80
Out. Outras	10	11	11	9	9	9
Total	130	121	118	121	118	127

Tabela 21 Evolução recursos humanos

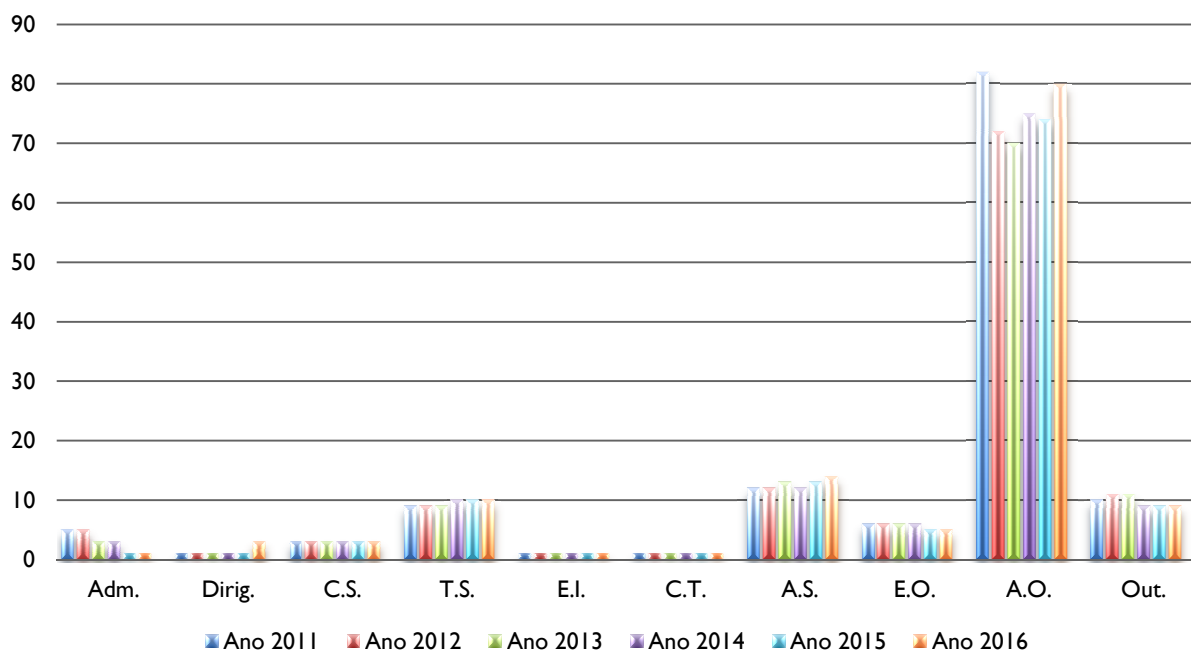


Gráfico 28 Evolução Recursos Humanos

Evolução do número de horas extra por mês						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	99,50	74,00	78,00	91,00	236,00	254,50
Fevereiro	53,00	110,50	92,50	51,00	122,50	182,50
Março	182,00	59,00	154,50	151,00	233,00	358,00
Abril	361,50	382,00	367,00	451,50	275,50	288,30
Maio	190,00	123,50	145,00	301,50	275,50	342,50
Junho	351,00	107,00	207,00	270,00	352,50	556,50
Julho	154,00	186,50	171,00	275,00	407,00	346,00
Agosto	294,50	199,00	375,50	496,50	381,48	401,21
Setembro	152,50	131,00	157,50	194,00	233,00	210,50
Outubro	328,00	297,50	97,00	292,50	288,50	386,50
Novembro	198,50	151,50	116,00	223,50	197,50	193,00
Dezembro	630,85	613,00	361,00	401,00	333,00	450,50
Total	2 995,35	2 434,50	2 322,00	3 198,50	3 335,48	3 970,01

Tabela 22 Evolução do nº de horas extra por mês

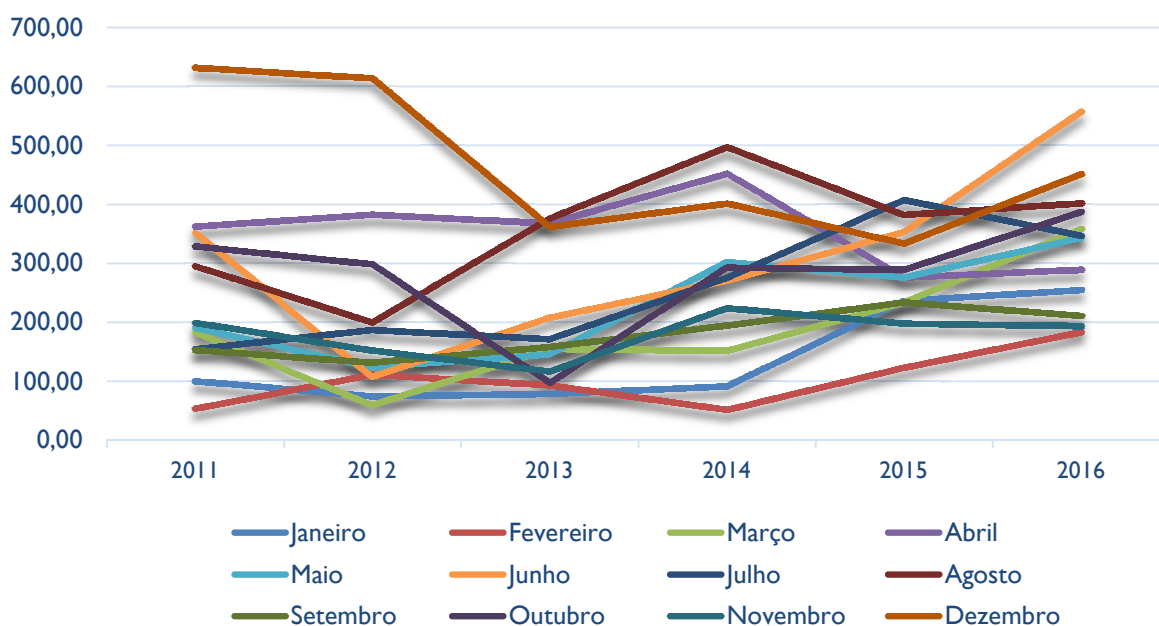


Gráfico 29 Evolução do nº de horas extra por mês

Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias (2011 - 2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	936,61 €	229,52 €	407,83 €	502,02 €	1 192,93 €	1 228,49 €
Fevereiro	478,76 €	273,55 €	554,27 €	281,25 €	543,45 €	877,22 €
Março	1 623,13 €	895,36 €	902,48 €	766,03 €	1 147,68 €	1 817,29 €
Abril	3 215,59 €	156,49 €	2 130,34 €	2 189,81 €	1 377,25 €	1 472,95 €
Mai	1 613,75 €	476,80 €	802,57 €	1 507,44 €	1 377,25 €	1 701,86 €
Junho	3 213,99 €	247,12 €	1 110,04 €	1 433,68 €	1 722,46 €	2 968,35 €
Julho	1 324,40 €	130,17 €	970,25 €	1 269,83 €	2 001,63 €	1 812,33 €
Agosto	2 638,35 €	93,36 €	2 169,94 €	2 573,50 €	1 980,54 €	1 983,73 €
Setembro	1 339,96 €	368,89 €	854,08 €	970,54 €	1 149,35 €	1 011,30 €
Outubro	2 850,40 €	364,62 €	531,12 €	1 443,79 €	1 506,99 €	1 964,67 €
Novembro	1 729,64 €	765,32 €	543,82 €	1 083,62 €	996,89 €	1 021,81 €
Dezembro	5 942,28 €	133,91 €	1 931,05 €	2 111,26 €	1 751,25 €	2 168,75 €
Média/Mês	2 242,24 €	344,59 €	1 075,65 €	1 344,40 €	1 395,64 €	1 669,06 €

Tabela 23 Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias

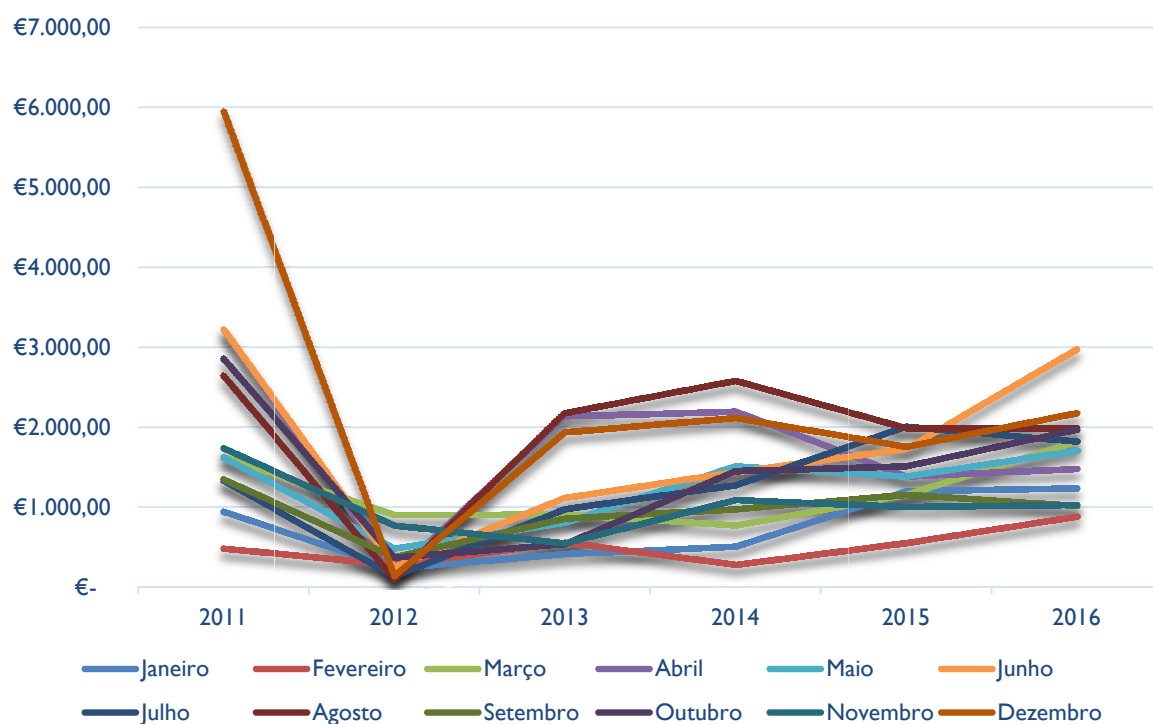


Gráfico 30 Evolução dos gastos mensais com horas extraordinárias

Contencioso

Os quadros seguintes pretendem evidenciar os processos de contraordenações, instaurados, sob orientação do Conselho de Administração, pela violação de algumas normas dos Regulamentos de sistema de abastecimento de água e de água residuais e de resíduos urbanos e higiene e limpeza pública.

Relativamente ao ano de 2016, foram instituídos 118 processos, cujo valor reclamado ascendeu a 13.835 €.

O valor cobrado de 12.538 € respeita a processos do ano e de anos anteriores, o que significa, que no decorrer de 2017 ainda serão cobrados, pela ADC ou pelo Ministério Público, os processos em aberto.

Evolução das contra-ordenações						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Autos	33	62	51	89	56	118
Valor Reclamado	4 350,76 €	17 434,78 €	5 149,44 €	7 363,66 €	12 961,17 €	13 834,92 €
Valor Cobrado	3 794,79 €	8 910,19 €	2 748,80 €	4 641,25 €	12 511,70 €	12 537,60 €

Tabela 24 Evolução das contra ordenações

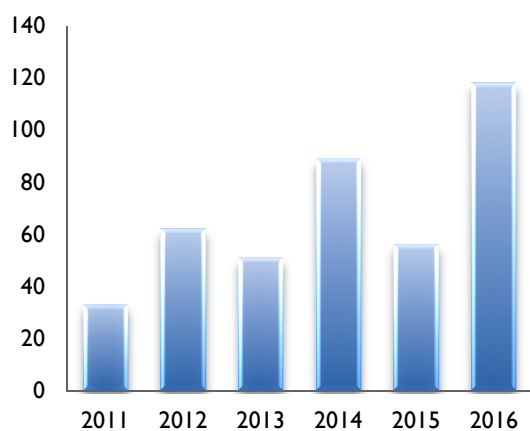


Gráfico 31 N° autos

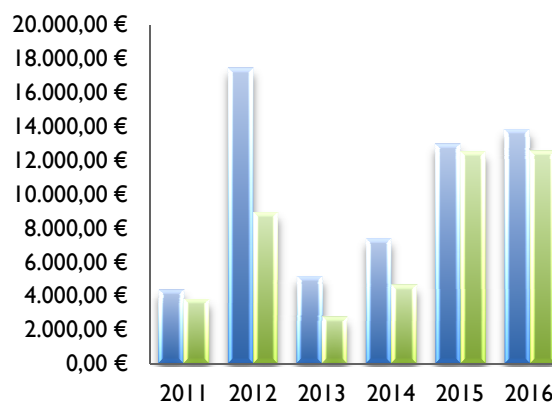


Gráfico 32 Valores contra ordenações

Concursos

No ano de 2016 foram adjudicados 28 procedimentos concursais cujo montante global de adjudicação cifra-se em 1.109.001 €.

Constata-se que em anos anteriores os montantes apresentados são inferiores, mas tal, é devido à adjudicação de prestações de serviços específicas e com prazo de execução superior a um ano.

Evolução dos concursos						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº Concursos Adjud.	18	31	17	19	27	28
Montante	1 112 637,54 €	1 561 120,00 €	863 380,75 €	483 118,51 €	678 071,50 €	1 109 000,77 €

Tabela 25 Evolução dos concursos

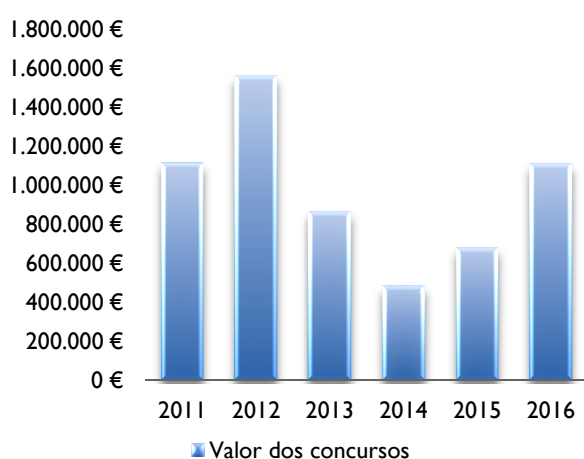


Gráfico 33 Valor dos concursos

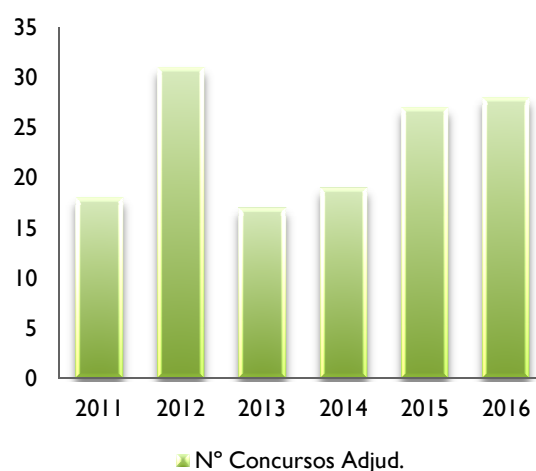


Gráfico 34 Nº de concursos adjudicados

Manutenção

Evolução dos gastos com viaturas

	2012	D 12- 13	2013	D 13-14	2014	D 14-15	2015	D 15-16	2016
Manutenção da Frota	83 341,89 €	4,82%	87 356,96 €	-22,08%	68 071,45 €	21,76%	82 885,35 €	-15%	70 161,57 €
Combustíveis (litros)	123 112,00	-1,20%	121 635,00	-10,15%	109 289,00	1,86%	111 325,48	11%	124 016,67

Tabela 26 Evolução dos gastos com viaturas

Custos de manutenção da Frota

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Água	16 981,64 €	16 418,05 €	16 993,66 €	6 554,76 €	10 973,12 €	11 393,40 €
RSU's	57 765,16 €	34 138,22 €	50 540,20 €	45 440,21 €	54 232,35 €	11 612,69 €
Jardins	2 116,36 €	2 992,98 €	1 444,11 €	7 932,66 €	2 322,39 €	37 924,03 €
Saneam.	6 619,78 €	5 188,38 €	9 265,85 €	4 066,86 €	6 107,14 €	5 241,32 €
Apoio	7 474,40 €	16 779,47 €	7 297,44 €	3 099,46 €	8 925,83 €	3 166,38 €
Adm.	1 390,26 €	7 824,79 €	1 815,69 €	977,50 €	324,52 €	823,76 €
	92 347,59 €	83 341,89 €	87 356,95 €	68 071,45 €	82 885,35 €	70 161,57 €

Tabela 27 Custos de manutenção da frota

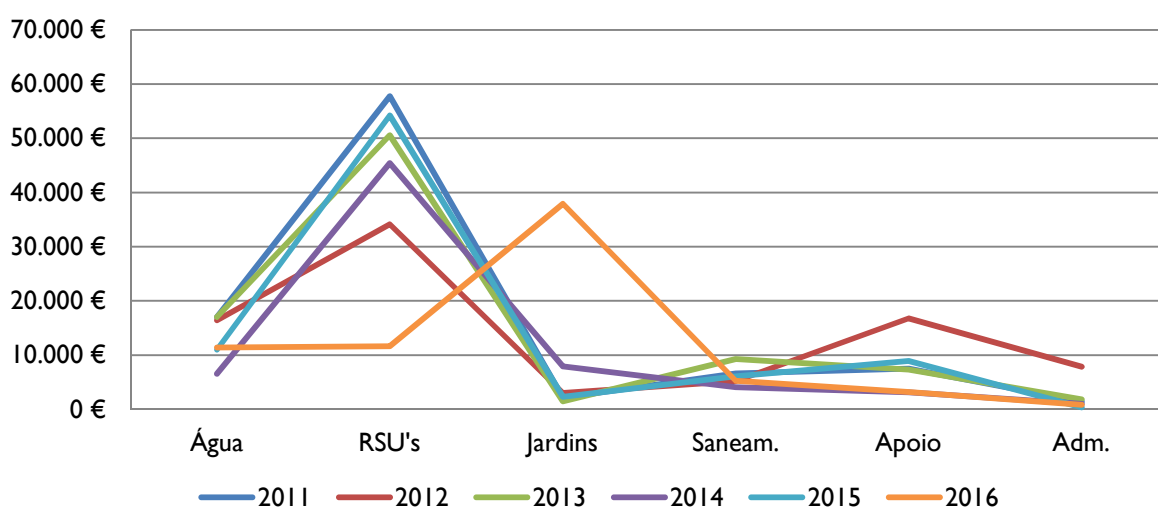


Gráfico 35 Custos de manutenção da frota

Consumo de combustíveis por sector (litros)						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Águas	34 243,91	25 912,93	27 375,73	26 985,17	29 103,89	35 696,27
RSU's	70 428,65	65 850,38	61 808,76	50 570,21	47 454,89	50 041,77
Jardins	5 145,54	6 485,09	6 516,72	9 912,82	12 980,16	14 026,76
Apoio	10 293,26	12 362,52	7 485,65	12 146,93	13 459,73	14 384,27
Direcção	5 462,86	5 340,94	6 123,49	2 133,05	1 250,81	2 144,59
Saneam.	7 911,12	7 160,57	12 324,20	7 540,82	7 076,00	7 723,01
	133 485,34	123 112,43	121 634,55	109 289,00	111 325,48	124 016,67

Tabela 28 Consumo de combustível por sector (litros)

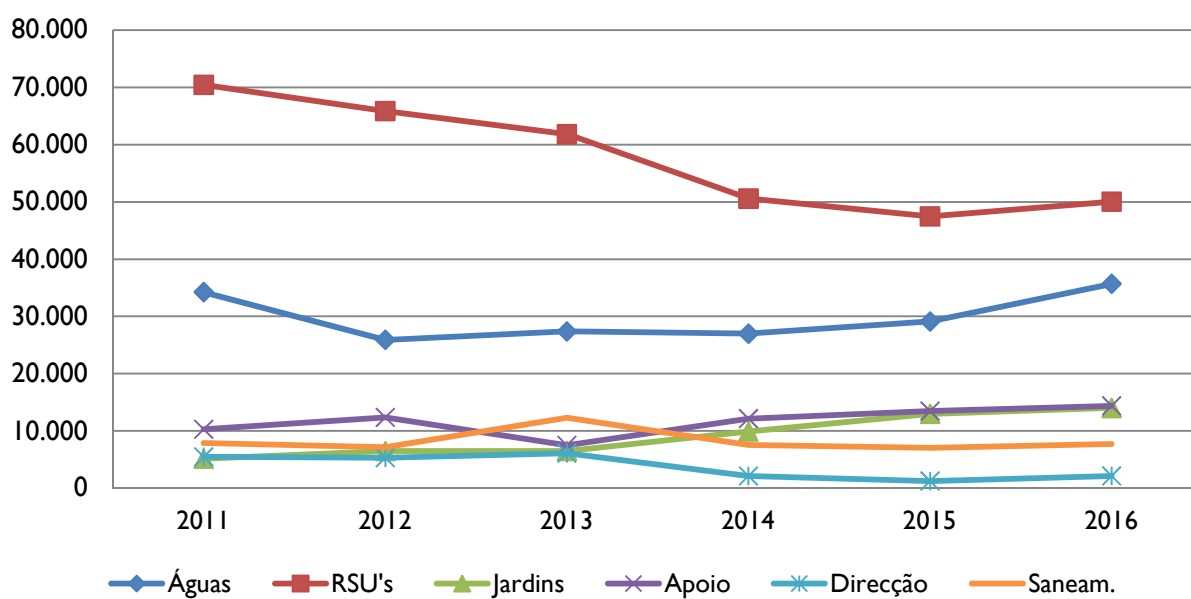


Gráfico 12 Consumo de combustível por sector (litros)

Consumo de energia elétrica por sector						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Edifícios	38 386,80 €	33 547,57 €	36 850,33 €	33 907,34 €	34 195,50 €	35 356,88 €
Água	118 584,04 €	162 194,42 €	136 659,53 €	129 249,38 €	135 856,12 €	125 201,29 €
Jardins	18 303,64 €	23 305,47 €	22 078,88 €	25 404,30 €	30 241,91 €	21 416,46 €
Saneam.	11 506,97 €	11 328,79 €	12 938,59 €	17 376,13 €	12 754,05 €	19 552,92 €
RSU's	-	-	-	-	-	1 196,11 €
	186 781,45 €	230 376,25 €	208 527,33 €	205 937,15 €	213 047,58 €	202 723,66 €

Tabela 29 Consumo de energia elétrica por sector

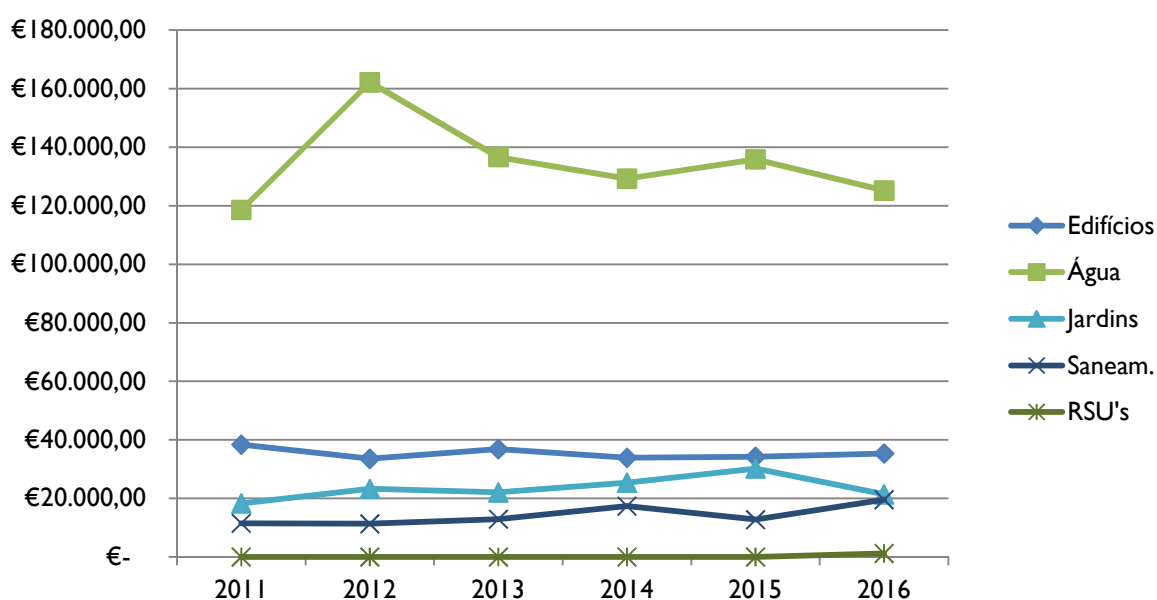
















Gráfico 37 Consumo de energia elétrica por sector

VI - OBJECTIVOS PARA 2017







Apesar das dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa e das dificuldades da própria empresa, a Administração pretende dar continuidade à política de gestão iniciada em Março de 2014, comprometendo-se com os seguintes objetivos para o ano de 2017:

-  Redução do tarifário, com especial incidência nos clientes domésticos e instituições sem fins lucrativos.
-  Alargamento dos benefícios sociais concedidos pelo Município da Covilhã, aos portadores do cartão municipal.
-  Potenciar o crescimento de clientes nos próximos anos, com o consequente aumento da facturação;
-  Esforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
-  Continuação do plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
-  Melhoria contínua da satisfação do cliente e suas necessidades;
-  Dotar a ADC de um sistema integrado de informação geográfica e de gestão operacional;
-  Continuar com os investimentos estratégicos, que melhorem o desempenho funcional da empresa e representem ganhos significativos do ponto de vista operacional e económico;
-  Início do procedimento de revisão dos regulamentos de serviços;
-  Implementar o sistema de certificação da gestão da qualidade;
-  Economia nas aquisições de materiais com a informatização dos stocks (já em curso nos anos de 2015 e 2016) que possibilitam uma gestão mais eficaz e eficiente;
-  Continuar a trabalhar com o LNEC no seguimento da nossa participação anterior no programa Iperdas, aplicando o conceito de melhoria contínua à redução do volume total de perdas associadas às atividades comercial e de distribuição de água;
-  Continuação da substituição da frota por veículos mais adequados;
-  Racionalização de circuitos e de pontos de recolha para redução do volume de consumos de combustíveis;

- 🌿 Aumento da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, trabalhando em conjunto com a RESIESTRELA, na intensificação da nossa rede de Ecopontos bem como realização de campanhas de sensibilização para efeito.
- 🌿 Participação em campanhas de sensibilização da população relativas ao sector de resíduos conjuntamente com a Resiestrela;
- 🌿 Manutenção do nível de serviço no sector do saneamento;
- 🌿 Manutenção do nível de serviço no sector de parques e jardins;
- 🌿 Execução do Plano de Formação;
- 🌿 Incremento da polivalência nos quadros da empresa;
- 🌿 Continuação da renovação do parque informático.
- 🌿 Realização de estudos e projetos a candidatar ao POSEUR por forma a re-
infraestruturar diversas freguesias do nosso Concelho, do ponto de vista do
abastecimento de água e da drenagem de águas residuais.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu apoio e aos que prestaram colaboração na atividade desenvolvida, nomeadamente:

-  Ao Executivo Camarário e ao Acionista Privado pela colaboração prestada;
-  Aos Presidentes das Juntas de Freguesia pela ajuda na intermediação com as populações;
-  Ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e respetiva Secretária;
-  Ao Fiscal Único pelo sentido de exigência e pela sua prontidão;
-  A todos os colaboradores da empresa, que com o seu zelo, dedicação e competência possibilitaram a concretização dos objetivos definidos;
-  A todos os cidadãos e consumidores em geral, pela confiança relativa à fiabilidade dos serviços prestados e pela compreensão perante eventuais avarias e perante o esforço de consolidação da empresa.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração da ADC, EM propõe nos termos da alínea s) do n.º 3 do artigo 11º dos Estatutos da ADC a seguinte aplicação para os resultados do exercício de 2016, no montante de 1.096.926,90 €:

-  Reserva legal: € 54.846,35
-  Resultados transitados € 1.042.080,55.

Covilhã, 10 de Março de 2017

O Conselho de Administração,

João Carlos Izidoro Marques

(Presidente do Conselho de Administração)

José Miguel Ribeiro Oliveira







(Administrador Executivo)

António Carlos Lopes Garcia

(Administrador Executivo)

IX – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

(alínea s) do número 3 do artigo 11º dos Estatutos da Empresa)

-  Balanço
-  Demonstração dos resultados
-  Demonstração das alterações no capital próprio
-  Demonstração dos fluxos de caixa
-  Execução anual do plano plurianual de investimentos
-  Anexo

BALANÇO INDIVIDUAL
 31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	4,2, 9	18.212.210,05	18.624.952,45
Activos intangíveis.....	4,3, 10	10.477,86	9.954,02
Outros investimentos financeiros.....	8	5.737,87	3.149,37
		18.228.425,78	18.638.055,84
Activo corrente:			
Inventários.....	4,5, 13	264.095,77	261.809,85
Clientes.....	14	1.220.658,67	1.244.221,96
Estado e outros entes públicos.....	20	88.048,30	36.856,12
Outros créditos a receber.....	12, 14	7.405.314,46	6.916.946,63
Diferimentos.....	15	16.834,74	50.908,92
Caixa e depósitos bancários.....	5	2.461.966,97	922.126,66
		11.456.918,91	9.432.870,14
Total do Activo		29.685.344,69	28.070.925,98
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito.....	16	9.000.000,00	9.000.000,00
Reservas legais.....	16	19.515,89	
Outras reservas.....	16	1.172.141,82	1.172.141,82
Resultados transitados.....	16	370.801,81	-655.381,49
Outras variações no capital próprio.....	30	455.392,07	470.406,47
		11.017.851,59	9.987.166,80
Resultado líquido do período.....		1.096.926,90	1.045.699,19
		12.114.778,49	11.032.865,99
Total do capital próprio		12.114.778,49	11.032.865,99
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	4,9, 17	90.340,83	14.085,59
Financiamentos obtidos.....	18	5.469.900,00	4.026.963,46
Outras dívidas a pagar.....	19	3.841.057,87	4.495.057,87
		9.401.298,70	8.536.106,92
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18	2.645.145,46	3.506.070,93
Estado e outros entes públicos.....	20	188.343,08	205.900,12
Financiamentos obtidos.....	18	1.203.959,55	1.089.168,80
Outras dívidas a pagar.....	19	4.131.819,41	3.693.957,59
Diferimentos.....	21		6.855,63
		8.169.267,50	8.501.953,07
Total do passivo		17.570.566,20	17.038.059,99
Total do Capital Próprio e do Passivo		29.685.344,69	28.070.925,98

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	4,7, 22	11.001.679,83	10.909.380,73
Subsídios à exploração.....	12	597.908,36	563.694,49
Trabalhos para a própria entidade.....		77.638,41	74.700,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	13	-638.270,45	-722.688,89
Fornecimentos e serviços externos.....	23	-6.355.993,29	-6.263.698,46
Gastos com o pessoal.....	24	-2.259.960,93	-2.193.010,68
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....	13	-10.736,20	-425,87
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	14	-63.561,02	-113.973,68
Provisões (aumentos/reduções).....	17	-76.255,24	5.297,34
Outros rendimentos.....	26	110.873,24	110.665,96
Outros gastos.....	27	-31.285,85	-45.647,55
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.352.036,86	2.324.294,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	25	-876.636,57	-854.426,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.475.400,29	1.469.868,04
Juros e rendimentos similares obtidos.....	28	21.419,84	21.200,04
Juros e gastos similares suportados.....	28	-304.000,17	-353.737,37
Resultado antes de impostos		1.192.819,96	1.137.330,71
Imposto sobre o rendimento do período.....	4,8, 11	-95.893,06	-91.631,52
Resultado líquido do período		1.096.926,90	1.045.699,19

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1 16	9.000.000		1.172.142	-655.381	470.406	1.045.699	11.032.866		11.032.866
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP			19.516		1.026.183	-15.014	-1.045.699	-15.014		-15.014
	2		19.516		1.026.183	-15.014	-1.045.699	-15.014		-15.014
Resultado líquido do período	3						1.096.927	1.096.927		1.096.927
Resultado integral	4=2+3						5.1228	1.081.913		1.081.913
Operações com detentores de CP:										
Outras operações	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5 16	9.000.000	19.516	1.172.142	370.802	455.392	1.096.927	12.114.778		12.114.778

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1 16	9.000.000	1.172.142	-1.698.320	485.421	1.042.938	10.002.161		10.002.161
Alterações do período:									
Outras alterações reconhecidas no CP				1.042.938	-15.014	-1.042.938	-15.014		-15.014
	2			1.042.938	-15.014	-1.042.938	-15.014		-15.014
Resultado líquido do período	3					1.045.699	1.045.699		1.045.699
Resultado integral	4=2+3					2.761	1.030.685		1.030.685
Operações com detentores de CP:									
Outras operações	5								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5 16	9.000.000	1.172.142	-655.381	470.406	1.045.699	11.032.866		11.032.866

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2016

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		11.852.146,80	11.472.918,53
Pagamentos a Fornecedores		-8.439.123,41	-8.757.330,62
Pagamentos ao Pessoal		-2.218.775,29	-2.123.804,05
Caixa gerada pelas operações		1.194.248,10	591.783,86
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-86.069,51	-116.867,47
Outros recebimentos/pagamentos		-71.700,13	-40.377,37
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.036.478,46	434.539,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-851.441,09	-763.494,40
Activos intangíveis		-4.152,85	
Recebimentos provenientes de :			
Juros e rendimentos similares		154,17	269,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-855.439,77	-763.224,43
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos	18	3.469.900,00	
Outras operações de financiamento		27.269,36	22.911,12
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-1.916.992,93	-1.042.657,73
Juros e gastos similares		-221.374,81	-305.307,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1.358.801,62	-1.325.053,89
Varição de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		1.539.840,31	-1.653.739,30
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	922.126,66	2.575.865,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	2.461.966,97	922.126,66
Varição de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		1.539.840,31	-1.653.739,30

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em EURO

INVESTIMENTOS	EXECUÇÃO ANUAL			
	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
CONDUTAS	200.000,00	65.524,92	134.475,08	33%
Abastecimento de água - Ampliação de Redes	40.000,00	9.698,24	30.301,76	24%
Abastecimento de água - Remodelação / Substituição	60.000,00	48.556,45	11.443,55	81%
Águas Residuais - Ampliação de Redes	40.000,00		40.000,00	0%
Águas Residuais - Remodelação/Substituição Redes	60.000,00	7.270,23	52.729,77	12%
CONSTRUÇÃO CIVIL	178.750,00	13.812,83	164.937,17	8%
Reservatórios	154.750,00	5.536,73	149.213,27	4%
Estações Elev. Água	4.000,00		4.000,00	0%
Estações Elev. Saneamento	4.000,00		4.000,00	0%
Benfeitorias	4.000,00		4.000,00	0%
Outros trabalhos de construção civil (P. Jardins)	12.000,00	8.276,10	3.723,90	69%
EQUIPAMENTOS	293.100,00	107.911,03	185.188,97	37%
Reservatórios	17.500,00	3.063,64	14.436,36	18%
EE Abastecimento	7.500,00	3.249,32	4.250,68	43%
EE Saneamento	2.600,00		2.600,00	0%
Contadores	146.000,00	66.131,01	79.868,99	45%
Telegestão	15.000,00	25.371,06	-10.371,06	169%
SIG	70.000,00		70.000,00	0%
Equipamento RSU	27.000,00	10.096,00	16.904,00	37%
Sistema de monitorização	7.500,00		7.500,00	0%
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - OUTROS	186.400,00	278.821,43	-92.421,43	150%
Equipamento de transporte	50.000,00	245.098,81	-195.098,81	490%
Equipamento informático	10.000,00	1.277,46	8.722,54	13%
Outros investimentos diversos	126.400,00	32.445,16	93.954,84	26%
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
ACTIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	3.600,00	3.376,30	223,70	94%
Programas de computador	3.600,00	3.376,30	223,70	94%
Total dos Investimentos	861.850,00	469.446,51	392.403,49	54%

Sector de Actividade	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
Total do Sector da Água	444.750,00	161.606,45	283.143,55	36%
Total do Sector do Saneamento	106.600,00	7.270,23	99.329,77	7%
Total do Sector dos Resíduos Sólidos	27.000,00	10.096,00	16.904,00	37%
Total do Sector dos Parques e Jardins	12.000,00	8.276,10	3.723,90	69%
Total dos Diversos	271.500,00	282.197,73	-10.697,73	104%
Total Geral	861.850,00	469.446,51	392.403,49	54%

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

SECTOR DA ÁGUA

No sector da água, a taxa de execução no ano de 2016, foi de 36%, devendo-se essencialmente, ao empenho da atual administração, na ampliação e remodelação das redes de água em diversos locais, na conservação e melhoramento de reservatórios, no investimento em contadores de água e equipamento de telegestão, apostando na continuidade da renovação destes bens e equipamentos no concelho, reforçando desta forma, o objetivo primordial de melhorar a qualidade da água que chega a cada consumidor.

SECTOR DO SANEAMENTO

No sector do saneamento, verificou-se uma taxa de execução de 7%, derivada do investimento efetuado na remodelação das redes, em diversas freguesias do concelho.

SECTOR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No sector dos resíduos sólidos, verificou-se uma taxa de execução de 37%, derivada do investimento efetuado em equipamentos de RSU's, de forma a melhorar a recolha destes resíduos na cidade da Covilhã.

SECTOR DOS PARQUES E JARDINS

Neste setor, verificou-se uma taxa de execução de 69%, devido ao investimento em estruturas (armazém de produtos fitofármacos) e beneficiação dos espaços verdes no concelho.

DIVERSOS INVESTIMENTOS

Nos outros investimentos, os maiores destaques vão para a aquisição de viaturas, para os vários sectores, com destaque para a aquisição de uma nova viatura de RSU's, máquinas e equipamentos, para os vários sectores de atividade e para a renovação dos meios informáticos (computadores e softwares), para a área administrativa e operativa, visando uma maior eficácia e eficiência nos procedimentos operacionais.

Globalmente, verificou-se uma taxa de execução de 54%, no presente exercício, evidenciando o esforço e empenho da administração, apesar das condicionantes económicas que se fizeram sentir no país, na melhoria gradual das prestações de serviços e conseqüente bem-estar geral da população do concelho da Covilhã.

Anexo às Demonstrações Financeiras

- 1 Nota introdutória e Identificação da Entidade
- 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- 3 Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”)
- 4 Principais políticas contabilísticas
- 5 Fluxos de caixa
- 6 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros
- 7 Partes relacionadas
- 8 Investimentos financeiros
- 9 Ativos fixos tangíveis
- 10 Ativos intangíveis
- 11 Impostos sobre o rendimento
- 12 Outros ativos não correntes
- 13 Inventários
- 14 Ativos financeiros
- 15 Diferimentos ativos
- 16 Instrumentos de capital próprio
- 17 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- 18 Passivos financeiros
- 19 Adiantamentos de clientes, a fornecedores e outras contas a pagar
- 20 Estado e outros entes públicos
- 21 Diferimentos passivos
- 22 Rédito
- 23 Fornecimentos e serviços externos
- 24 Gastos com o pessoal
- 25 Amortizações e Depreciações
- 26 Outros rendimentos e ganhos
- 27 Outros gastos e perdas
- 28 Juros e outros gastos e rendimentos similares
- 29 Divulgações exigidas por diplomas legais
- 30 Subsídios do governo e apoios do governo
- 31 Garantias

32 Aprovação das demonstrações financeiras

ANEXO

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é uma empresa pública municipal, constituída em 1 de Abril de 2006, ao abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto (Lei das Empresas Municipais), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, sob o nº 507.611.977, com sede social na Rua Ruy Faleiro, nº 111, Apartado 38, 6201-999 Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 10 de Março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada, as operações da ADC – Águas da Covilhã, E.M., bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., é controlada em 51% do seu capital subscrito, pela entidade ICOVI – Infra-estruturas da Covilhã, E.M., (detida em 100% pelo Município da Covilhã), com sede social na Avenida Viriato, nº 194, 6200-722 Tortosendo, com número contribuinte 508.282.322, e em 49% do seu capital subscrito, pela entidade AGS-Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A., com sede social na Rua Senhora da Estrela, nº 20, 6200-454 Boidobra, com número de contribuinte 508.380.081. As demonstrações financeiras da ADC são integradas nas demonstrações financeiras consolidadas dos sócios.

O exercício económico da ADC – Águas da Covilhã, E.M. decorre entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou outras situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO (“NCRF”)

A ADC – Águas da Covilhã, E.M., adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a Empresa preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, e atendendo aos pressupostos constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC, e ao disposto no Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. A Administração concluiu, desta forma, que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, o valor presente da estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, ou também designado método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens foram objeto de depreciação às taxas mínimas permitidas, agora pelo DR 25/2009 de 14 de Setembro, em substituição do anterior DR 12/1990 de 12 de Janeiro, conforme deliberação do Conselho de Administração de 27 de Dezembro de 2006, o que se traduz nas seguintes vidas úteis médias:

Vida Útil	
SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

Tabela 30 Vida útil ativos tangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para o desenvolvimento dos mesmos, deduzido das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos por direitos de passagem e licenças, e, encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	6
Licenças	6

Tabela 31 Vida útil ativos intangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados), com vida útil indefinida, são amortizados durante um período de 10 anos. Deixam de estar sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor, sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade. Estes ativos intangíveis passam desta forma, a seguir o regime previsto na NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sempre que tal se justifique, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.5 Inventários

Os inventários (mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo), encontram-se registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Os principais indicadores de imparidade a considerar são a antiguidade de saldos em dívida, e, por vezes, a dificuldade de cobrança.

O modelo de imparidade dos saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros adotado pela Empresa respeita os critérios fiscais em vigor.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são incluídas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos.

d) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

e) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

f) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, de outras dívidas a terceiros e de outros passivos financeiros, são registados ao custo ou ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

4.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- 🌿 Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- 🌿 A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- 🌿 O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- 🌿 É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- 🌿 Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- 🌿 O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- 🌿 É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- 🌿 Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- 🌿 A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

4.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

4.9 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.10 Benefícios pós-emprego

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa, respeitando o disposto na NCRF 28 – Benefícios dos Empregados.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

4.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa		
SNC	2016	2015
11/12 Numerário	5 065,00	5 464,14
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2 456 901,97	916 662,52
Total	2 461 966,97 €	922 126,66 €

Tabela 32 Fluxos de caixa

6. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

As seguintes normas e interpretações novas ou revistas, foram adotadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, tendo afetado os montantes relatados nas respetivas demonstrações financeiras.

Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2015.

7. PARTES RELACIONADAS

O capital subscrito da ADC – Águas da Covilhã, E.M. no valor de 9.000.000 €, é detido em 51% pela entidade ICOVI – Infra-estruturas da Covilhã, E.M. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), com sede social no Tortosendo - Covilhã, com número contribuinte 508.282.322, e, em 49% do seu capital subscrito, pela entidade AGS-Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A., com sede social na Boidobra - Covilhã, com número de contribuinte 508.380.081.

Accionistas			
SNC		Percentagem de Capital	2016
51	ICOVI, EM./Município da Covilhã	51,00%	4.590.000,00
	AGS-Hidurbe, SA	49,00%	4.410.000,00
	Total	100,00%	9.000.000,00 €

Tabela 33 Acionistas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro 2015, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas		
SNC	2016	2015
ICOVI, EM		
Vendas e/ou prestações de serviços	339,62	330,39
Outros Rendimentos e Ganhos	22.939,92	22.939,22
Compras e Aquisições de Serviços	855.493,16	902.474,21
AGS-Hidurbe, S.A.		
Compras e Aquisições de Serviços	441.608,33	438.788,02
Juros de Suprimentos	37.580,04	42.169,98
Município da Covilhã		
Vendas e/ou prestações de serviços	316.420,89	289.538,71
Compras e Aquisições de Serviços	10.645,41	49.736,02
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Vendas e/ou prestações de serviços	1.138,08	1.824,61
Compras e Aquisições de Serviços	3.336.903,12	3.244.480,32

Partes relacionadas		
SNC	2016	2015
ICOVI, EEM		
Outras Contas a Receber	11.756,70	21.162,06
Outras Contas a Pagar	143.045,41	18.073,49
AGS-Hidurbe, S.A.		
Outras Contas a Pagar	3.639.437,53	2.896.346,03
Financiamentos obtidos	2.000.000,00	2.000.000,00
Município da Covilhã		
Outras Contas a Receber	4.441.447,58	3.857.971,58
Subsídios à Exploração	563.000,00	547.639,00
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Outras Contas a Receber	2.145.000,00	2.145.000,00
Outras Contas a Pagar	812.004,42	1.933.895,40

Tabela 34 Partes relacionadas

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras através das contribuições mensais, tendo como finalidade o pagamento até 50% do valor da compensação que os trabalhadores abrangidos venham a ter direito.

Pode ser acionado pela entidade empregadora como forma de auxílio ao pagamento da compensação. Aquando da cessação do contrato de trabalho, em que não haja lugar ao pagamento de qualquer compensação, a entidade empregadora será reembolsada das contribuições efetuadas respeitantes ao trabalhador, valorizadas de um eventual ganho que o fundo tenha gerado.

A adesão tornou-se obrigatória para os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, mantendo-se até à data.

Os movimentos a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram os seguintes:

Investimentos Financeiros		
SNC	2016	2015
41 FCT (Fundo Compensação Trabalho)	5 737,87	3 149,37
Total	5 737,87 €	3 149,37 €

Tabela 35 Investimentos financeiros

9. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Activos Fixos Tangíveis		
SNC	2016	2015
43	Terrenos e Recursos Naturais	
	Saldo inicial	146 555,00
	Saldo final	146 555,00 €
	Edifícios e outras construções	
	Saldo inicial	24 834 014,35
	Transferências	85 650,71
	Saldo final	24 919 665,06 €
	Equipamento básico	
	Saldo inicial	2 098 701,87
	Aquisições	107 532,20
	Abates	-191 283,67
	Saldo final	2 014 950,40 €
	Equipamento de transporte	
	Saldo inicial	1 257 230,55
	Aquisições	245 098,81
	Abates	-10 711,05
	Saldo final	1 491 618,31 €
	Equipamento administrativo	
	Saldo inicial	353 403,72
	Aquisições	1 678,44
	Abates	-
	Saldo final	355 082,16 €
	Outros activos tangíveis	
	Saldo inicial	170 383,68
	Aquisições	25 521,35
	Saldo final	195 905,03 €
	Activos fixos tangíveis em curso	
	Aquisições	85 650,71
	Transferências	-85 650,71
	Saldo final	- €
	Total	29 123 775,96 €
		28 860 289,17 €

Tabela 36 Ativos fixos tangíveis

Depreciações acumuladas e perdas por imparidade		
SNC	2016	2015
438 Edifícios e outras construções		
Saldo inicial	6 887 912,66	6 134 851,98
Depreciações do exercício	757 200,35	753 060,68
Saldo final	7 645 113,01 €	6 887 912,66 €
Equipamento básico		
Saldo inicial	1 735 765,21	1 719 425,85
Depreciações do exercício	62 615,50	57 616,52
Abates	-186 255,17	-41 277,16
Saldo final	1 612 125,54 €	1 735 765,21 €
Equipamento de transporte		
Saldo inicial	1 133 854,98	1 156 128,80
Depreciações do exercício	34 783,15	24 030,23
Abates	-10 711,05	-46 304,05
Saldo final	1 157 927,08 €	1 133 854,98 €
Equipamento administrativo		
Saldo inicial	334 119,02	326 692,17
Depreciações do exercício	6 294,48	7 426,85
Saldo final	340 413,50 €	334 119,02 €
Outros activos tangíveis		
Saldo inicial	143 684,85	136 945,10
Depreciações do exercício	12 301,93	6 739,75
Saldo final	155 986,78 €	143 684,85 €
Total	10 911 565,91 €	10 235 336,72 €

Tabela 37 Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes ou também designadas de linha reta, sendo calculadas as suas amortizações e depreciações, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	
SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

Tabela 38 Vida útil ativos fixos tangíveis

As depreciações do exercício 2016 foram no montante de 873.195 € (848.874 € em 2015).

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Activos Intangíveis		
SNC	2016	2015
443 Programas de computador		
Saldo inicial	146 569,85	159 525,05
Aquisições	3 376,30	1 544,80
Abates	-	-14 500,00
Saldo final	149 946,15 €	146 569,85 €
444 Propriedade industrial		
Saldo inicial	18 704,92	18 704,92
Aquisições	588,70	-
Saldo final	19 293,62 €	18 704,92 €
Total	169 239,77 €	165 274,77 €

Tabela 39 Ativos intangíveis

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
SNC	2016	2015
4484 Programas de computador		
Saldo inicial	136 615,83	139 884,12
Amortizações do exercício	3 408,46	5 552,19
Abates	-	-8 820,48
Saldo final	140 024,29 €	136 615,83 €
4483 Propriedade industrial		
Saldo inicial	18 704,92	18 704,92
Amortizações do exercício	32,70	-
Saldo final	18 737,62 €	18 704,92 €
Total	158 761,91 €	155 320,75 €

Tabela 40 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

As depreciações do exercício 2016, relativas aos ativos intangíveis, foram no montante de 3.441 € (5.552 € em 2015).

Os ativos intangíveis com vida útil finita, apresentam para o cálculo das respetivas amortizações e depreciações, as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	
SNC	Anos
Programas de computador	6
Licenças	6

Tabela 41 Vida útil ativos intangíveis

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

De acordo com o OE/2012, foi abolido o regime da interioridade, passando a taxa de IRC de 15 para 25%, nos anos de 2012 e 2013.

Em 2014 é reduzida a taxa do IRC para 23%, e em 2015, para 21%, de acordo com o estipulado no art.º 87.º da Reforma do IRC – Decreto n.º 195/XII, alterando desta forma, o Código do IRC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de Novembro.

De igual modo, a dedução dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que estava limitada a 75%, em 2013, do valor da coleta apurada, passou para 70% em 2014, 2015 e 2016, de acordo com o n.º 2 do artigo 52.º da reforma do IRC referida anteriormente. Esta situação teve impacto no cálculo do imposto, nos anos de 2014, 2015 e 2016.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2016, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a cerca de 1.302.975 €.

Devido à incerteza de utilização dos prejuízos fiscais e face aos limitados prazos de utilização destes prejuízos, entendeu a Administração, de acordo com a NCRF 25 – Impostos sobre o Rendimento, não efetuar o seu reconhecimento em anos anteriores.

12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte composição:

Subsídios à exploração			
SNC		2016	2015
75	Acordo Parassoacial	563.000,00	547.639,00
	Inst. Emprega e Formação Profissional (I.E.F.P.)	34.908,36	16.055,49
Total		597.908,36 €	563.694,49 €

Tabela 42 Outros créditos a receber

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários		
SNC	2016	2015
33	Matérias-primas	
	Matérias-primas de água	196 450,30
	Matérias-primas de electricidade	5 963,54
	Matérias-primas de saneamento	38 418,67
	Matérias-primas de serralharia	364,27
	Matérias-primas de parques e jardins	9 462,87
	Matérias-primas de resíduos sólidos	18 936,26
	Matérias subsidiárias	
	Matérias subsidiárias	7 829,51
	Combustíveis e lubrificantes	378,23
	Materiais diversos	
	Materiais de consumo	17 258,24
	Economato - material de escritório	6 090,02
	Perdas por imparidade acumuladas	
		-37 056,14
	Total	264 095,77 €
		261 809,85 €

Tabela 43 inventários

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, que incluem, o preço de compra, impostos não dedutíveis, custos de transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens e materiais, deduzidos dos descontos comerciais, é detalhado conforme se segue:

CMVMC		
SNC	2016	2015
61	CMVMC	
	Mercadorias	
	Compras	426 504,21
	Subtotal	426 504,21 €
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	Saldo inicial	288 129,78
	Compras	274 861,20
	Regularizações	-50 072,84
	Saldo final	-301 151,90
	Subtotal	211 766,24 €
	Total	638 270,45 €
		722 688,89 €

Tabela 44 CMVMC

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é detalhada conforme se segue:

Perdas por imparidade			
SNC		2016	2015
339	Saldo inicial	26 319,94	25 894,07
	Aumentos	10 736,20	425,87
	Reversões	-	-
	Saldo final	37 056,14	26 319,94

Tabela 45 Perdas por imparidade

No ano de 2010, com a introdução da NCRF 18 – Inventários, esta norma veio preconizar que os ativos que constituíam a rubrica de inventários deviam ser expressos em Balanço pela quantia mais baixa entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

Nessa situação a norma exigia o reconhecimento de um ajustamento (Imparidade) à quantia previamente escriturada.

Em 2016, a empresa manteve o critério do reconhecimento de um ajustamento (imparidade), para os materiais que não têm movimento. Para estes, a empresa considera que não têm qualquer valor de mercado, sendo por isso, o seu valor realizável líquido igual a zero.

14. ACTIVOS FINANCEIROS

Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas de clientes e outros créditos a receber da Empresa, apresentavam a seguinte composição:

Clientes			
SNC			
		2016	
		2015	
21	Clientes		
	Clientes conta corrente	1.220.658,67	1.244.221,96
	Clientes de cobrança duvidosa	788.555,49	724.994,47
	Imparidade acumulada	-788.555,49	-724.994,47
	Total	1.220.658,67 €	1.244.221,96 €

Outros créditos a receber			
SNC			
		2016	
		2015	
272/278	Outros créditos a receber	7.332.964,72	6.844.596,89
228	Adiantamentos a fornecedores	72.349,74	72.349,74
	Total	7.405.314,46 €	6.916.946,63 €

Tabela 46 Clientes e outros créditos a receber

Outros Créditos a Receber			
SNC			
		2016	
		2015	
228	Adiantamentos a fornecedores:		
	Adiantamentos a fornecedores	72.349,74	72.349,74
		72.349,74 €	72.349,74 €
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos:		
	Juros a receber	28,95	-
	Acréscimos facturação de água	371.404,98	376.105,32
	Município da Covilhã - Contratos de Gestão	4.800.704,00	4.237.704,00
	Prestação de Contrato	2.145.000,00	2.145.000,00
		7.317.137,93 €	6.758.809,32 €
278	Outros devedores:		
	EDP Portugal, SA	-	71.433,15
	Outros	15.700,00	12.700,00
	Saldo devedor de fornecedores	126,79	1.654,42
		15.826,79 €	85.787,57 €
	Total	7.405.314,46 €	6.916.946,63 €

Tabela 47 Outros créditos a receber

No decurso do exercício findo em 2016, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de 63.561 € (em 2015 contabilizaram-se perdas por imparidade no valor de 113.974 €).

15. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Activos			
SNC		2016	2015
28	Seguros	10.795,86	11.183,68
	Juros de empréstimos	-	39.625,24
	Livros e documentação técnica	101,89	100,00
	Outros	4.560,00	-
	Rendimentos a reconhecer	1.376,99	-
	Total	16.834,74 €	50.908,92 €

Tabela 48 Diferimentos ativos

16. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2016, o valor do capital subscrito da ADC – Águas da Covilhã, E.M., era de 9.000.000 €, sendo 51% deste valor pertencente à Entidade Pública Participante, ICOVI – Infra-estruturas da Covilhã, E.M. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), e os restantes 49% pertencentes à Entidade Privada Participante, AGS-Hidurbe – Serviços Ambientais, SA.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, as outras reservas apresentavam o montante de 1.172.142 €, resultantes da reserva criada aquando da cisão simples, da ADC – Águas da Covilhã, E.M. para a ICOVI – Infra-estruturas da Covilhã, E.M.

Foi criada, com base no resultado líquido obtido no final do exercício de 2015, uma reserva legal, de acordo com a legislação em vigor, e, deliberação do conselho de administração, no montante de 19.516 €.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 é detalhada conforme se segue:

Provisões		
SNC	2016	2015
29 Processos judiciais em curso:		
Saldo inicial	10.452,96	10.452,96
Aumentos	76.934,13	-
Saldo final	87.387,09 €	10.452,96 €
Outras provisões:		
Saldo inicial	3.632,63	8.929,97
Reversões	-678,89	-5.297,34
Saldo final	2.953,74 €	3.632,63 €
Total	90.340,83 €	14.085,59 €

Tabela 49 Provisões

O montante de provisões criado no exercício de 2011, reforçado durante os anos de 2012 e 2013, foi reduzido em 2014 e 2015, e foi agora novamente reforçado no período de 2016 em 76.934 €, refletindo a estimativa de prováveis exfluxos que incorporem benefícios económicos, relativos a processos judiciais e outros, entre a empresa e clientes.

18. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 as rubricas de “Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores			
SNC		2016	2015
221	Fornecedores c/c	1 738 554,58	2 796 820,55
225	Fornecedores com faturas em conferência	906 590,88	709 250,38
Total		2 645 145,46 €	3 506 070,93 €

Tabela 50 Fornecedores

Financiamentos obtidos

O saldo dos financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, são detalhados conforme se segue:

Financiamentos obtidos			
SNC		2016	2015
251	Instituições financeiras:		
	Empréstimos bancários a M/L prazo		
	Corrente	1 203 959,55	1 089 168,80
	Não Corrente	3 469 900,00	2 026 963,46
		4 673 859,55 €	3 116 132,26 €
253	Outras entidades:		
	AGS Hidurbe - Serviços Ambientais, SA	2 000 000,00	2 000 000,00
		2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
Total		6 673 859,55 €	5 116 132,26 €

Tabela 51 Financiamentos obtidos

O valor de 1.203.960 € apresentado em empréstimos bancários, como passivo corrente, foi liquidado no dia 05/01/2017. O valor de 3.469.900 € apresentado como passivo não corrente, respeita a um empréstimo bancário de médio prazo, contraído com o Banco Santander Totta, no

montante de 3.500.000 € (deduzido do valor de 30.100 €, relativo a comissões e imposto de selo, por via da contabilização ao custo amortizado).

O montante de 2.000.000 € respeita ao suprimento do acionista privado, efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital subscrito desta empresa.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica “Outras dívidas a pagar” apresentava em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, os seguintes valores:

Outras Dívidas a Pagar		
SNC	2016	2015
2722	Credores por acréscimos de gastos:	
	Subsídio de Férias e Natal (Pessoal)	160.020,00
	Esimativa de Férias e Subsídio de Férias	294.773,81
	Juros a liquidar	87.956,98
	Rendas e alugueres	6.000,00
	Assistência técnica de gestão	2.145.000,00
	Outros	543.419,72
		3.237.170,51 €
	Outras dívidas a pagar:	
2715	BPI Factoring	
	Corrente	654.000,00
	Não Corrente	3.841.057,87
2711/278	Outros credores	240.648,90
		4.735.706,77 €
	Total	7.972.877,28 €

Outras Dívidas a Pagar		
SNC	2016	2015
271/2/8	Outras dívidas a pagar:	
	Corrente	4.131.819,41
	Não Corrente	3.841.057,87
		7.972.877,28 €
		8.189.015,46 €

Tabela 52 Outras dívidas a pagar

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

À data do relato, não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, e em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e Outros Entes Públicos				
SNC	2016		2015	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
24	Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:			
		-27.057,66		-17.285,51
		-14.820,57		-14.450,11
	50.908,34	-5.116,06	36.856,12	
		-43.642,43		-42.274,61
	37.139,96	-97.706,36		-131.889,89
	Total	88.048,30 €	36.856,12 €	-205.900,12 €

Tabela 53 Estado e outros entes públicos

21. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos”, apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos Passivos		
SNC	2016	2015
28	-	6 855,63
	Total	6 855,63 €

Tabela 54 Diferimentos activos

22. RÉDITO

A gestão e operacionalidade da ADC – Águas da Covilhã, E.M., está estruturada em três áreas de negócio, designadamente, Água, Saneamento e Resíduos Sólidos, obtendo ainda esta empresa, réditos relacionados com outras prestações de serviços não especificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, o rédito reconhecido pela Empresa, é detalhado conforme se segue:

Vendas e Prestações de Serviços				
SNC		2016	2015	Variação %
71	Vendas:			
	Água	2 557 359,78	2 483 800,03	2,96%
	Descontos e Abatimentos	-6 249,69	-5 751,88	8,65%
72	Prestações de Serviços			
	Água	2 364 058,79	2 362 874,04	0,05%
	Saneamento	4 180 830,14	4 182 238,25	-0,03%
	Resíduos Sólidos	1 797 581,70	1 777 361,02	1,14%
	Serviços Diversos Prestados	6 055,93	6 051,52	0,07%
	Descontos e Abatimentos	-19 572,20	-18 356,64	6,62%
	Outras Prestações de Serviços	121 615,38	121 164,39	0,37%
	Total	11 001 679,83 €	10 909 380,73 €	

Tabela 55 Vendas e prestações de serviços

Vendas e Prestações de Serviços por setor de atividade				
SNC		2016	2015	Variação %
71/72	Vendas e Prestações de Serviços:			
	Água	4 921 418,57	4 846 674,07	1,54%
	Saneamento	4 180 830,14	4 182 238,25	-0,03%
	Resíduos Sólidos	1 797 581,70	1 777 361,02	1,14%
	Serviços Diversos Prestados	6 055,93	6 051,52	0,07%
	Descontos e Abatimentos	-25 821,89	-24 108,52	7,11%
	Outras Prestações de Serviços	121 615,38	121 164,39	0,37%
	Total	11 001 679,83 €	10 909 380,73 €	

Tabela 56 Vendas e prestações de serviços por setor de atividade

A análise gráfica abaixo demonstra a evolução das vendas e prestações de serviços nos anos 2016 e 2015:



Gráfico 38 Evolução das vendas e prestações de serviços

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos

SNC		2016	2015	Variação %	Variação Absoluta
621	Subcontratos	4.502.893,86	4.415.504,73	1,98%	87.389,13
6221	Trabalhos Especializados	718.269,47	707.471,74	1,53%	10.797,73
6222	Publicidade e Propaganda	6.068,00	3.133,92	93,62%	2.934,08
6224	Honorários	24.000,00	26.500,00	-9,43%	-2.500,00
6225	Comissões	71.548,00	87.029,54	-17,79%	-15.481,54
6226	Conservação e Reparação	121.859,60	137.284,67	-11,24%	-15.425,07
6228	Outros	6.950,57	6.438,50	7,95%	512,07
6231	Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	12.554,87	16.439,79	-23,63%	-3.884,92
6232	Livros e Documentação Técnica	486,38	400,46	21,46%	85,92
6233	Material de Escritório	4.397,86	4.232,30	3,91%	165,56
6241	Electricidade	168.245,95	213.046,58	-21,03%	-44.800,63
6242	Combustíveis	122.572,01	113.937,21	7,58%	8.634,80
6248	Outros	4.561,76	4.218,64	8,13%	343,12
6251	Deslocações e Estadas	3.927,03	4.668,76	-15,89%	-741,73
6253	Transportes de Mercadorias	873,51	877,94	-0,50%	-4,43
6261	Rendas e Alugueres	463.527,88	418.492,43	10,76%	45.035,45
6262	Comunicação	26.076,84	23.694,88	10,05%	2.381,96
6263	Seguros	36.511,79	29.551,61	23,55%	6.960,18
6264	Royalties	0,00	20,14	-100,00%	-20,14
6265	Contencioso e Notariado	15.964,34	9.396,63	69,89%	6.567,71
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	37.757,85	33.268,32	13,49%	4.489,53
6268	Outros Serviços	6.945,72	8.089,67	-14,14%	-1.143,95
Total		6.355.993,29 €	6.263.698,46 €	1,47%	92.294,83 €

Tabela 57 Fornecimentos e serviços externos

24. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

Gastos com o Pessoal

SNC		2016	2015
63	Remunerações dos órgãos sociais	59 228,74	65 479,35
	Remunerações do pessoal	1 675 745,75	1 595 641,33
	Benefícios pós-emprego	5 508,47	5 377,33
	Encargos sobre remunerações	416 096,39	380 720,88
	Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	27 757,94	22 741,96
	Custos de acção social	58 415,85	100 373,57
	Outros gastos com o pessoal	17 207,79	22 676,26
Total		2 259 960,93 €	2 193 010,68 €

Tabela 58 Gastos com o pessoal

O número de colaboradores da empresa à data de 31 de Dezembro de 2016 era de 127. O Conselho de Administração era composto por 3 administradores, sendo que, apenas o presidente do conselho de administração era remunerado pela ADC – Águas da Covilhã, EM.

Em 2015, existiam 117 colaboradores e o Conselho de Administração era composto por 3 administradores, dos quais 2 executivos.

N.º Médio de Colaboradores			
SNC		2016	2015
63	Membros do Conselho de Administração	1	3
	N.º médio de colaboradores	126	117
	N.º de colaboradores no fim do período	126	117

Tabela 59 N.º médio de colaboradores

N.º Médio Pessoas / Horas Trabalhadas			
SNC		2016	2015
63	Pessoal ao serviço da empresa:		
	N.º médio de pessoas remuneradas ao serviço da empresa	126	117
	N.º horas trabalhadas	4 257	3 969
	Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário:		
	Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	126	117
	Pessoal ao serviço da empresa por sexo:		
	Homens	112	103
	Mulheres	14	14

Tabela 60 N.º médio de pessoas / horas a trabalhar

25. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

Depreciações e Amortizações			
SNC		2016	2015
64	Activos fixos tangíveis	873 195,41	848 874,03
	Activos Intangíveis	3 441,16	5 552,19
	Total	876 636,57 €	854 426,22 €

Tabela 61 Depreciações e amortizações

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

Outros Rendimentos e Ganhos			
SNC		2016	2015
78	Rendimentos suplementares:		
	Recuperação de custos (ICOVI, EEM)	22 939,92	22 939,92
	Recuperação de custos (Resiestrela, SA)	33 626,52	33 626,52
	Venda de artigos de resíduos sólidos	1 791,60	1 145,00
	Ganhos em inventários	8 780,30	616,15
	Alienações de bens	1 800,00	55,12
	Outros rendimentos suplementares	41 934,90	52 283,25
	Total	110 873,24 €	110 665,96 €

Tabela 62 Outros rendimentos e ganhos

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

Outros Gastos e Perdas			
SNC		2016	2015
68	Impostos	15 998,07	15 695,17
	Alienações de contadores	-	1 902,41
	Abates	4 060,00	5 679,52
	Outros gastos e perdas	11 227,78	22 370,45
	Total	31 285,85 €	45 647,55 €

Tabela 63 Outros gastos e perdas

28. JUROS E OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

Juros suportados e outros			
SNC		2016	2015
69	Factoring	105 495,32	134 489,01
	Empréstimo AGS	37 580,04	42 169,98
	Empréstimo Santander	36 219,51	53 494,50
	Empréstimo Millennium BCP	76 562,68	106 046,09
	Outros	48 142,62	17 537,79
Total		304 000,17 €	353 737,37 €

Tabela 64 Juros suportados e outros

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

Juros obtidos			
SNC		2016	2015
79	De depósitos	234,52	275,04
	De mora (Facturação da água)	21 185,32	20 925,00
Total		21 419,84 €	21 200,04 €

Tabela 65 Juros obtidos

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dívidas em mora à Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social, dando-se assim cumprimento, ao estipulado no artigo 21.º de Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Outubro.

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal.

30. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios atribuídos pelo governo são reconhecidos de acordo com os montantes financeiros recebidos. Assim os subsídios ao investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional à depreciação dos ativos fixos subsidiados, conforme descrito abaixo:

Subsídios				
SNC		2016	Imputação Subsídio para Investimentos	2015
593	Subsídios relacionados com activos:			
	POA - Programa Operacional do Ambiente	455 392,07	-15 014,40	470 406,47
Total		455 392,07 €	-15 014,40 €	470 406,47 €

Tabela 66 Subsídios

31. GARANTIAS

A empresa tem à sua guarda valores prestados por fornecedores (empreiteiros), que se encontravam devidamente evidenciados a 31 de Dezembro de 2016, nas suas demonstrações financeiras.

Garantias		
SNC		2016
2785	Garantias retidas a fornecedores por boa execução de empreitadas	32 487,12
Total		32 487,12 €

Tabela 67 Garantias

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de Março de 2017.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração
